

REVISTA

Ecomuseu Pedra Fundamental

ANO 01

ABRIL/2018



preservando a cultura e
a biodiversidade do cerrado

PLANALTINA/DF - 2018

REVISTA **Ecomuseu**
Pedra Fundamental

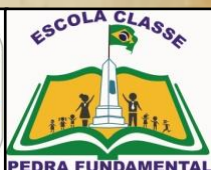
ANO 01

ABRIL/2018



Foto: Robson Eleutério

preservando a cultura e
a biodiversidade do cerrado



FICHA CATALOGRÁFICA

Projeto Ecomuseu Pedra Fundamental concebido
em abril de 2013.

Autores: Irineu Tamaio, Regina Fernandes e Robson Eleutério.

ISBN: 978-85-915001-3-0

Autores dos Textos:

- Aron Henrique: Bacharel em Turismo
 - Aurielly Xavier: Projeto Abcerrado
 - Eduardo C. Guimarães: Coordenado do Grupo de Ciclismo Pedala Planaltina
 - Irineu Tamaio: Prof. de História Ambiental e de Educação Ambiental – UnB Campus de Planaltina/DF
 - Ivany Câmara Neiva: Profª. do Centro de Excelência em Turismo – UnB
 - João Carlos Machado: Coordenador do Grupo de Caminhada Brasília
 - Liciane Carvalho: Coordenadora do Projeto “Na Trilha da Missão Cruls”
 - Lívia Amorim: Diretora da Escola Classe Córrego do Meio Planaltina/DF
 - Maita Andrade: Pedagoga e produtora rural associada a APREF (Associação dos Produtores Rurais da Pedra Fundamental).
 - Nilvan Vasconcellos: Membro do Conselho do Patrimônio Cultural de Planaltina e da ASCAPE
 - Robson Eleutério: Coordenador do Instituto e Portal Cerratense.
 - Suely Santos: Presidente do COTi (Clube de Orientação Tiradentes)
- Revisão:** Joana Fusco Lobo

Revista Ecomuseu Pedra Fundamental:
preservando a cultura e biodiversidade do Cerrado

Edição Nº 01

Abril/2018

Planaltina – Distrito Federal

APRESENTAÇÃO

A edificação da Pedra Fundamental em Planaltina/DF, no ano de 1922, representa um momento único na nossa história, pois retoma um longo debate sobre a interiorização da capital, que se arrastava há mais de dois séculos. Sendo também um marco “concreto”, identificando o local da futura sede do governo dentro dos limites do novo Distrito Federal, estabelecidos pelos membros da Expedição Exploradora do Planalto Central (Missão Cruls).

Este evento deve ser estudado como um acontecimento de importância nacional devido ao seu significado histórico. As ações que levaram a sua edificação foram protagonizadas por atores dos quatro cantos do Brasil: um paraibano, o presidente Epitácio Pessoa, autorizou o início da obra cumprindo o Decreto Legislativo nº 4.494 de 1921, de autoria de um deputado goiano, Americano do Brasil, e de um maranhense, Rodrigues Machado. A proposta de edificação da Pedra foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados, sendo concretizada no dia 07 de setembro de 1922, pelo mineiro Ernesto de Almeida Balduino, presidente da Estrada de Ferro Goyáz.



Foto: Robson Eleutério

Visando a preservação e valorização do monumento e do ambiente onde ele foi edificado, representantes de movimentos populares, ambientalistas e educadores constituíram um grupo no intuito de viabilizar a criação do Ecomuseu Pedra Fundamental, buscando agregar indivíduos em torno de causas comuns, vinculados com o território e com a sustentabilidade socioambiental local e regional.

Localizado na bacia do alto São Bartolomeu, sua área de abrangência englobará, num primeiro momento, núcleos rurais na Região Administrativa de Planaltina (Larga da Pedra Fundamental, Córrego do Meio e Santos Dumont), de Sobradinho (Capão da Erva) e Itapoã (Sobradinho dos Melos). Nestas localidades encontram-se inúmeros atrativos de grande valor para o Distrito Federal, como o Morro da Capelinha (Via Sacra ao Vivo), Vale do Amanhecer, Cachoeiras do Ribeirão Sobradinho, Fazenda Velha (casarão utilizado pelos membros da Missão Cruls), Instituto Federal de Brasília (antigo Colégio Agrícola), Parque dos Pequizeiros, e ainda o obelisco em forma piramidal denominado de Pedra Fundamental, edificado sobre um bela colina.



Mapa: João Carlos Machado

Ao longo dos últimos quatro anos foram realizadas inúmeras atividades significativas para a consolidação do Ecomuseu como um espaço multidisciplinar destinado a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, onde a construção do conhecimento possa ocorrer de forma integral, promovendo plena interação do homem com a natureza.

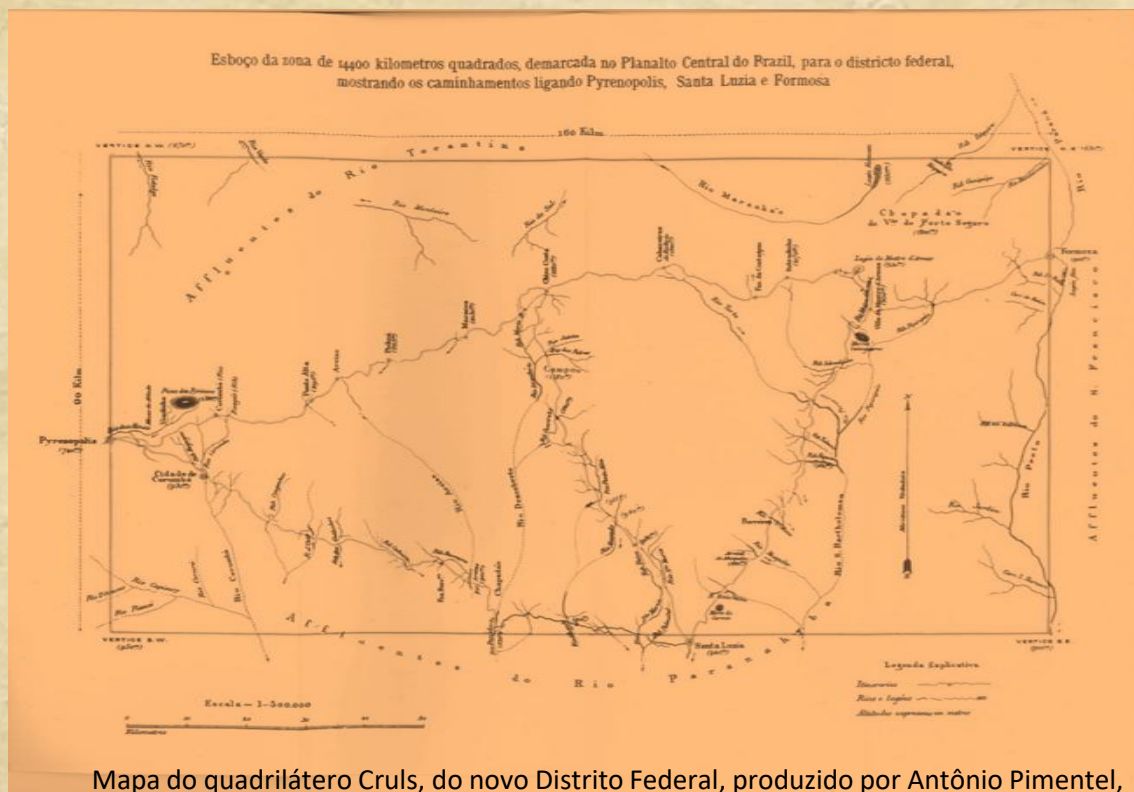
Nesse período, a comunidade vem gradativamente se apropriando do Ecomuseu através de ações realizadas por vários parceiros, como escolas, universidades, grupos de caminhada, pesquisadores e voluntários. O Ecomuseu Pedra Fundamental almeja ampliar suas ações envolvendo ainda mais a comunidade e conquistando um número maior de parceiros.

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO:	04
- UMA PEDRA FUNDAMENTAL NO RETÂNGULO CRULS:1922 - ROBSON ELEUTÉRIO	07
- ECOMUSEU DA PEDRA FUNDAMENTAL - CENÁRIOS DE APRENDIZAGENS COLETIVA -IRINEU TAMAIO	13
- ABCERRADO: O ECOMUSEU - AURIELLY XAVIER	18
- CAMINHOS DA PEDRA - JOÃO CARLOS MACHADO	22
-VIVEIROS DE MUDAS NATIVAS DA ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO MEIO - LÍVIA AMORIM	24
- NA TRILHA DA MISSÃO CRULS: UMA RELEITURA DOS CAMINHAMENTOS DA EXPEDIÇÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL - LICIANE CARVALHO	29
- DESAFIOS PARA O ECOTURISMO NA REGIÃO DA PEDRA FUNDAMENTAL - MAÍTA ANDRADE	32
- DESFILE DO CARRO DE BOI DE PLANALTINA (ASCAPE) - NILVAN VASCONCELLOS	34
- PRAZER TURISMO, ME CHAMO PLANALTINA - ARON HENRIQUE	36
- PEDALA PLANALTINA - EDUARDO C. GUIIMARÃES	38
-ORIENTAÇÃO: ESPORTE NO ECOMUSEU PEDRA FUNDAMENTAL - SUELY SANTOS	39
- TEM QUE TER OLHAR DE ARTISTA: COMPARTILHANDO, EMENDANDO ÁGUAS - AS ÁGUAS EMENDADAS NO DISTRITO FEDERAL - INVANY CÂMARA NEIVA	41

UMA PEDRA FUNDAMENTAL NO RETÂNGULO CRULS - 1922

Robson Eleutério



A ideia de interiorização da capital remonta ao período colonial da História do Brasil, no entanto, passa a ser defendida com mais ênfase a partir da segunda metade do século XVIII, no contexto da descoberta de ouro em Goiás e Mato Grosso. No entanto, a primeira ação concreta ocorreu durante o reinado de D. Pedro II, quando Adolpho de Varnaghen (Visconde de Porto Seguro) recebeu a missão de se dirigir ao Planalto Central do Brasil a fim de escolher o melhor local para a construção da capital. Em 1877, Varnhagen escolheu a cidade de Formosa para realizar seus estudos, cujas análises enfatizam as nascentes que vertem para as principais bacias do Brasil.

Durante a elaboração da primeira constituição republicana (1891), a pesquisa de Varnhagen tornou-se fonte de consulta indispensável para subsidiar as argumentações dos constituintes que defendiam a transferência da capital para uma região central do país, dando origem ao artigo 3º: *“Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal”.*

O passo seguinte rumo à interiorização da capital foi dado pelo presidente Floriano Peixoto, em 1892, quando nomeou uma equipe constituída por cientistas das mais diversas áreas de conhecimento, para demarcar a área do novo Distrito Federal, em cumprimento ao artigo terceiro da constituição. Assim, foi criada a Expedição Exploradora do Planalto Central, com um contingente de 22 componentes, cuja missão era realizar pesquisas para identificar o local ideal para a construção da capital.

No dia 1º de agosto de 1892, os exploradores chegaram a Pirenópolis, onde fizeram um estudo de reconhecimento nos arredores, registrando anotações sobre o clima, relevo, hidrografia, fauna, flora e demais aspectos relevantes da região. Depois continuaram a viagem com destino a Formosa, cidade que serviria de base para a expedição, passando antes por Corumbá, Luziânia, Mestre d'Armas e, por fim, chegando ao seu destino final. O passo seguinte foi dividir o contingente em quatro turmas, que ficariam incumbidas de fazer pesquisas nos vértices estabelecidos que formariam o quadrilátero do novo Distrito Federal.

Assim que os membros da Missão Cruls chegaram à Planaltina, começaram imediatamente os trabalhos de reconhecimento da área dando uma volta sobre a Lagoa Mestre d'Armas. *“Tem de comprimento cerca de 4 quilômetros sobre 800 metros de largura, é pobre em águas, de pouca profundidade, porém apresenta como as demais, um aspecto pitoresco, isso devido à vegetação, rica de palmeiras, que a circunda”.*



Foto: Robson Eleutério

Ao chegar à Formosa, Luiz Cruls exalta a beleza da Lagoa Feia, segundo ele, totalmente em desacordo com o seu nome: “é bastante pitoresca; orlada de árvores mais ou menos frondosas e cobertas as proximidades de suas margens por nenúfares e outras plantas aquáticas onde vivem as libélulas e outros insetos, povoada ainda pelas marrecas, mergulhões, jaçanans, etc..., ela produz agradável impressão aos visitantes”. (1)

Essa equipe, chefiada pelo astrônomo belga Luiz Cruls, produziu um livro, denominado Relatório Cruls, e um Atlas extremamente valiosos para a historiografia do Distrito Federal. Um dos mapas desse atlas era do novo Distrito Federal, delimitado em forma de um retângulo com a área de 160 X 90 km.



Foto: Jornal "A Noite", R.J.

Três décadas depois, em comemoração ao centenário da independência, o Presidente Epitácio Pessoa assina e publica o Decreto Legislativo nº 4.494, datado de 18 de janeiro de 1922, que determinava a edificação da Pedra Fundamental no quadrilátero Cruls.

O projeto que deu origem a este decreto é de autoria dos deputados Americano do Brasil (Goiás) e Rodrigues Machado (Maranhão), tendo sido aprovado por unanimidade pelos deputados, com o seguinte teor:

Art. 1º – A Capital da República será oportunamente estabelecida no Planalto Central, na zona de 14.400 quilômetros quadrados, que, por força do art. 3º da Constituição Federal, pertence à União, para esse fim especial, já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2º – O Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada, no ponto mais apropriado da zona a que se refere artigo anterior, a Pedra Fundamental da futura cidade, que será a capital da União. (2)

A missão de erguer o obelisco no Morro do Centenário e organizar o evento de lançamento da Pedra Fundamental coube ao Diretor da Estrada de Ferro de Goiás, engenheiro Ernesto Balduino de Almeida, cumprindo outro decreto, assinado dez dias antes do centenário da República, ou seja, em 27 de agosto de 1922, que autorizava o início da obra.

A cerimônia de edificação da pedra, com o hasteamento da Bandeira Nacional, aconteceu exatamente ao meio-dia de sete de setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência, conforme o previsto, e contou com a participação de autoridades de vários estados do país. Entretanto, poucas autoridades compareceram, pois a maioria enviou representantes.



Foto: Robson Eleutério

A 7 m do monumento, encontra-se o Marco Geodésico, situado a 7,5 km da cidade de Planaltina e a 25.3 km (google maps) a Nordeste da Estação Rodoviária de Brasília (em linha reta).



Foto: Jornal "A Noite", R.J.



Foto: Robson Eleutério

A base do marco foi constituída de trinta e três pedras artificiais de concreto, lembrando os trinta e três anos da República, de 1889 a 1922. O obelisco foi concluído no dia 7 de setembro de 1922, no entanto, a primeira pedra foi assentada um dia antes.

O obelisco tem forma piramidal de base quadrada com 3,75m de altura, a contar das fundações. As suas faces estão orientadas pelos pontos cardeais. Na face oeste está localizada placa comemorativa, em bronze, fundida no Liceu de São Paulo. A pedra foi assentada no ponto mais elevado do Morro do Centenário, proporcionando uma visão aérea em todas as direções. A praça que a entorna contribui para o bem estar dos visitantes, com passeios e bancos de concreto. (3)

O acontecimento, em comemoração ao centenário da República, colocou a cidade de Planaltina no centro do processo histórico do sertão goiano, permitindo aos seus moradores usufruírem de parte da modernidade que surgia no limiar do século XX, tais como: abertura da 1ª estrada para automóveis (1921), instalação de indústria de Cortume e Charqueado “Benvinhati, Salgado e Cia”, empregando 20 operários e 20 menores aprendizes no seu primeiro ano de funcionamento (1917), instalação de Rede Elétrica (1925), construção de um Campo de Aviação.(4) A vida cultural da cidade também se beneficiou com a criação de um grupo teatral e do Grupo Musical “União Jazz Planaltinense”.



Foto: autor desconhecido

No período seguinte da história do Brasil, conhecido como Era Vargas, não houve nenhuma ação contundente a favor da transferência da capital. Porém, durante o governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, foi criada a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, presidida pelo general Djalma Polli Coelho. A partir de então, começou o processo de se colocar em prática um dispositivo do artigo 4º da Constituição Federal de 1946: “a capital da União será transferida para o Planalto Central do país”.

Após dois anos de pesquisa, os estudos dessa Comissão ratificaram as informações de Varnhagen e do Relatório Cruls, confirmando a região que abriga as nascentes que vertem para as principais bacias do país como o local ideal para a construção da nova capital.

Desde a edificação da Pedra Fundamental, em 1922, que a questão fundiária dentro do quadrilátero do novo DF, tem sido colocada na pauta do dia das principais instituições e mídias do país.



Foto: Robson Eleutério

Para aproveitar o momento de visibilidade da cidade no cenário nacional, o Intendente Municipal Deodato Louly, assinou um contrato, em 1926, com a Empresa Territorial Osório, de propriedade do empresário paulista Antônio Teixeira Osório para montar a “Secção de Propaganda do Planalto Central”, cujo objetivo era fazer propaganda e vender lotes em todo o Brasil, nas terras situadas nas proximidades da Pedra Fundamental.⁽⁵⁾ O Jornal do Comércio, de Recife, publica uma matéria informando que alguns lotes seriam distribuídos gratuitamente às pessoas de destaque, como comerciantes, industriais e agricultores, enquanto os demais seriam vendidos, incentivando assim, a ocupação da área da futura capital. Esse empreendimento não prosperou e, até hoje, aparece pessoas na Administração Regional de Planaltina, de posse de escrituras, na esperança de localizar o terreno.

Referências bibliográficas

- (1) CRULS, Luíz. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central, p. 63.
- (2) BRASIL, Americano do. Anais da Câmara dos Deputados, 1922, vol. IV. P. 226 a 240. [cf. AH2:117 133]
- (3) DEPHA, Bens Tombados. SC/DF, 1984.
- (4) BALDUÍNO, Ernesto. A Pedra Fundamental. Araguaia, 1963.
- (5) FREITAS, Gabriela Guimarães. Manuscrito “Reminiscência de Planaltina.” (Dona Morena).

ECOMUSEU DA PEDRA FUNDAMENTAL: CENÁRIOS DE APRENDIZAGENS COLETIVA

Irineu Tamaio

Conceitos e definições: o que é Ecomuseu?

Esse conceito de museu surge com os historiadores e museólogos Hugues de Varine e Georges Henri Rivière, nos anos 1970, do século passado na França. E passou a ser conhecida como uma nova abordagem denominada de “nova museologia” ou “museologia comunitária”. O prefixo “eco” refere-se tanto ao espaço natural (ecologia) como ao social (cultura e ecologia humana).

Essa nova compreensão de museu incorpora a dimensão ecológica à concepção dos museus (museu ecológico), no sentido de aliar ser humano, natureza e o território sobre o qual vive uma população que se dispõe de forma comunitária a “se apropriar da identificação, criação e gestão de seu patrimônio natural e cultural” (VARINE, 2012).

Para Rivière (1985), o conceito de Ecomuseu é evolutivo e como tal não pode ser definido de forma estática, acompanhando a evolução da sociedade e sendo uma instituição dinâmica. Ele caracterizava o Ecomuseu como um museu de um novo gênero, tendo por base três noções: a interdisciplinaridade baseada na ecologia, a união com a comunidade e a participação desta comunidade na sua construção e no seu funcionamento.

O Ecomuseu é um instrumento dos indivíduos e da natureza, museu do tempo, museu do espaço, sendo por isso o local para a real expressão da humanidade e da natureza.

Para Varine (2007), no artigo “O lugar da comunidade no museu: uma troca de serviços”, o conceito de Ecomuseu pode ser definido como “instituição cultural, dedicada ao patrimônio comum, não pode existir verdadeira e culturalmente «fora do solo», como se diz de certas culturas alimentares que crescem em estruturas inteiramente artificiais com adubos igualmente artificiais. Um museu deslocado da sua relação com o território seria um simples lugar comercial de consumo e de lazer ou uma instituição de ciência pura. Para continuar cultural, deve estar enraizado num terreno humano e se nutrir da cultura viva da comunidade envolvente”.

Nesse mesmo sentido, Almeida (2017) considera que o Ecomuseu tem que estimular um processo comunitário que propicie um pensamento que fortaleça identidades, vínculos e relações. Não existe museu comunitário sem co-criação. É fundamental que tenha a vocação para construir um cenário de sustentabilidade e redes de aprendizagem.

O Ecomuseu busca agregar indivíduos em torno de causas comuns, vinculados com o território e com a sustentabilidade socioambiental local e regional. Ele representa um território educativo, por significar um lugar, um povo e sua cultura imbricados em um processo de aprendizado coletivo, autoestima e senso de pertencimento (ALMEIDA, 2017).

Algumas diferenças entre o museu tradicional e o Ecomuseu comunitário

No Brasil, foi a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, que o conceito de Ecomuseu e da museologia comunitária ganhou espaço, sobretudo a partir da criação do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz,

no Rio de Janeiro, o primeiro do país. De lá para cá, essa nova concepção de museu tem se tornado referência em várias comunidades e territórios brasileiros.

De acordo com a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museologia Comunitária (ABREMEC) por meio da plataforma “cidades educadoras” temos os seguintes Ecomuseus no Brasil: Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (RJ), Ecomuseu da Amazônia (PA), Ecomuseu Campos de São José (SP), Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG), Ecomuseu de Pacoti (CE), Museu Comunitário Treze de Maio (RS), Museu – Índio Jenipapo Kanindé (CE), Ecomuseu do Cipó (MG) e Ecomuseu de Sepetiba (RJ).

Dessa forma, essa nova compreensão de museu tem expandido e contribuído como um exercício de cidadania ambiental por ser uma experiência coletiva como contexto formador não instituído, com novas narrativas de natureza, ou seja, um espaço educador.

Essa interpretação dialoga com o que Varine (2006) apregoa ao destacar que o "novo museu" é diferente do "museu tradicional" em três vértices. Uma vertente é o realce dado ao território, seja meio ambiente ou local, em vez de se realçar o prédio institucional. Outro ponto está na ênfase colocada no patrimônio, em vez de ser dada à coleção, a importância é dada ao papel da comunidade na sua proteção, em oposição ao enfoque dado aos visitantes nos museus tradicionais. As diferenças entre essas duas ideias, de acordo com Varine (2006), são resumidas nesse quadro seguinte:

Museu Tradicional	Ecomuseu
Coleção	Patrimônio
Público	Comunidade
Edifício	Território



Foto: Robson Eleutério

Assim, o Ecomuseu traz em sua concepção a ideia de aliar homem, natureza e cultura e ao mesmo tempo propõe a valorização do território onde essas relações se desenvolvem. Em sua dinâmica permite que a comunidade se sinta representada culturalmente e o ambiente natural onde essa cultura se desenvolveu possa ser conservado.

Para a criação do Ecomuseu a própria comunidade contribui na definição do território e se compromete a conservá-lo em suas características físico-ambientais e culturais. A partir dessa concepção, a história da comunidade e de seu patrimônio material e imaterial deixa de ser parte de coleções formalmente instaladas em espaços fechados (prédios) para ganhar uma dimensão pública, onde o acervo são as experiências vivenciadas no tempo e no espaço, em sua dinâmica.

Com a globalização e o atual modelo de desenvolvimento ameaçando as tradições, a identidade e o patrimônio natural e cultural, os Ecomuseus surgem como alternativas de resistência a essas ameaças, contando ainda com o poder de manifestação cultural das comunidades envolvidas na concepção dos Ecomuseus.

Varine (2006) descreve o Ecomuseu como “uma emanção de comunidade de vizinhança que é, simultaneamente, seu sujeito e seu objeto. Seus princípios são a organização, o método e a pedagogia. É uma instituição que administra, estuda, explora com fins científicos, educativos e culturais, o patrimônio global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade do ambiente natural e cultural dessa comunidade”.

Frente a essas compreensões conceituais sobre o papel de um novo museu, o coletivo do movimento de criação do Ecomuseu da Pedra Fundamental, em Planaltina, Distrito Federal, acrescenta que a experiência local tem mostrado a quebra de fronteiras de conhecimentos, tem oportunizado a vivência da paisagem e a apreensão do seu conteúdo visual, de forma afetiva, onde sobressai o aspecto subjetivo. O território com a sua riqueza natural e cultural torna-se objeto de sentimento. Constituem-se em grupos de trocas e estudos que contribui para o senso de pertencimento.

Esse processo do Ecomuseu contribui para subverter a lógica dicotômica que separa a cultura da natureza; a cultura da política; a cultura popular da cultura de elite; bem como outras disjunções do pensamento moderno. Além disso, esse processo do Ecomuseu ajuda ampliar formas de interpretação do território. Ao romper com o monopólio da interpretação da paisagem, por exemplo, surgem novas leituras, representando uma história social das relações humanas com a natureza. São comunidades interpretativas que são verdadeiras comunidades políticas (Santos, 2000).

Frente ao domínio do pensamento racional moderno que se apropria da natureza e da cultura como mais uma mercadoria, o movimento do Ecomuseu representa um movimento a mais de resistência, diante das múltiplas formas de resistências a destruição da vida.

A comunidade de Planaltina, no Distrito Federal, representada pelos diversos grupos sociais que participam do movimento horizontal de criação do Ecomuseu da Pedra Fundamental, concebe o conceito de Ecomuseu a partir das referências conceituais e teóricas aqui descritas.

UM LABORATÓRIO DE SIGNIFICACOS PARA A HISTÓRIA AMBIENTAL E PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nas últimas décadas, temos observado um intenso processo de ocupação territorial no Distrito Federal, seja por meio da conversão de paisagens naturais para o uso do solo ou pela pressão imobiliária, o que tem provocado um fenômeno de perda irreparável de algumas características do meio ambiente natural.

As pressões exercidas pelo aumento populacional e a demanda por áreas para habitação, para a agricultura moderna, para a agricultura familiar, para o lazer, para a produção e disponibilização de água e outros, fizeram com que os ambientes naturais de Cerrado sofressem drásticas transformações, num período de tempo relativamente curto.

A proposta da criação do Ecomuseu do Cerrado, com uma área que abrange a região do Alto da Bacia do Rio São Bartolomeu é fundamental como mais um instrumento que possibilita, fortalece e valoriza a beleza cênica, o equilíbrio ecossistêmico e ecológico, a cultura local e os resultados históricos do processo de ocupação.

Diante do alarmante ritmo de destruição do Cerrado, é primordial a criação simbólica de uma área territorial já constituída de áreas de reservas, fragmentos e leitos de rios que representam um laboratório vivo de significações ambientais para a História do Distrito Federal.

Essa área configura-se em um espaço territorial no qual a sua paisagem representa uma história social das relações humanas com a natureza, portanto, é um espaço pedagógico para o exercício da observação e contemplação que contribui para a construção de novas narrativas de natureza.

Assim, o Ecomuseu é um campo rico para o aprendizado da História Ambiental nessa região, pois essas paisagens naturais (Cerrado) e sua relação com os habitantes locais resultaram em uma configuração histórica que pode ser refletida por toda a comunidade de aprendizes. Sob o olhar da História Ambiental, é uma arena de representação das compreensões de natureza como enaltecimento (sensibilidade ecológica) ou

como repulsa (razão instrumental utilitarista) (CARVALHO, 2011).

Os conjuntos históricos ambientais, a memória, a cultura do território podem ser refletidos e gerenciados pela comunidade, revelando mais um estímulo para a ação, o agir para proteger.

Também representa um museu vivo para a Educação Ambiental, um campo de possibilidades de interpretação e sensibilização que pode contribuir para o desenvolvimento de posturas sociopolíticas que contribua para a manutenção do habitat e garantia de conectividade da paisagem e reconstrução da cobertura florestal.

Essa área representa uma oportunidade para se conhecer, conviver e conservar a paisagem, em seus aspectos naturais e humanos, proporcionando interações culturais e ambientais, condições de potencializar a região, estabelecendo mais uma forma de compreender as diferenças das identidades locais através da vida tradicional e do ecossistema.

Para a Educação Ambiental, o Ecomuseu é mais uma área de atuação para a compreensão da natureza como um campo de disputa política, uma arena de conservação ambiental, histórica e cultural, onde a Educação Ambiental tem a oportunidade de problematizar esses diferentes interesses e forças sociais que se organizam em torno das questões ambientais naquele território, portanto, o seu papel é refletir e disputar os sentidos do ambiental.

Linhas de ações realizadas pelo movimento

a - Formação continuada

O território do Ecomuseu da Pedra Fundamental como laboratório de significados para a Educação Ambiental e História Ambiental (Coord. Prof. Irineu Tamaio)

– Descrição: a ação visa recorrer aos elementos socioambientais, áreas naturais, aspectos culturais, a história material e imaterial da região do Ecomuseu como mais um campo de aprendizado para a formação de educadores e educandos em Educação Ambiental e História Ambiental.

b - Pesquisa

Compreensões de Hidrografia e Clima presentes no relatório da Missão Cruls de 1894 (Coord. Prof. Irineu Tamaio)

- **Descrição:** o objetivo é mapear as narrativas relacionadas à Hidrografia e ao Clima apreendido durante o período em que a expedição esteve no território. E a partir desses dados desenvolver uma análise com indicadores de eventuais mudanças na paisagem que repercutem na situação de mudança do clima local e regional.

Ecomuseu da Pedra Fundamental e a História Ambiental – (Coord. Prof. Irineu Tamaio)

-**Descrição:** o monumento da Pedra Fundamental assentada no Morro do Centenário em Planaltina, em 1922, que indicava a região como espaço geográfico para a construção da futura capital da República, representou um marco histórico para a ocupação do Sertão Goiano. Essa pesquisa visa analisar o ensino da História Ambiental a partir do estudo do movimento de criação do Ecomuseu da Pedra Fundamental, Planaltina (DF). O movimento e a organização da sociedade civil local para a criação do Ecomuseu é analisado nessa pesquisa como um instrumento para o ensino da História Ambiental no curso de Graduação de Gestão Ambiental.

Referencias bibliográficas

ALMEIDA, Nádia Helena. Cidades Educadoras. **Como criar um museu comunitário?** In: <http://cidadeseducadoras.org.br/metodologias/como-criar-um-museu-comunitario/>- acesso em 30/10/2017.

CARVALHO, Isabel C. de M. **Uma história social das relações com a natureza.** In: Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico – 5ª ed, Cortez: São Paulo, 2011, p. 91-107.

CLAIR, Jean. **As origens da noção de ecomuseu.** Cracap Informations, no. 2-3, Trad: Tereza Scheiner, 1976. p. 2-4.

PRIOSTI, Odalice Miranda e Priosti, Walter Vieira. **Ecomuseu, Memória e Comunidade: Museologia da Libertação e piracema cultural no Ecomuseu de Santa Cruz.** Rio de Janeiro: Camelo comunicação, 2013.

RIVIÈRE, Georges Henri. **Definición evolutiva del ecomuseo.** In: Revista Museum. Imágenes del ecomuseo, Paris: UNESCO, v. XXXVII, nº 148, p.182-183, 1985.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 2. ed., São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Bruno César Brulon. **Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia,** in Revista "Eletrônica Jovem Museologia – Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio" Ano 01, nº. 02. Agosto 2006.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2012.

_____. **O lugar da comunidade no museu: uma troca de serviços.** Intervenção apresentada no Congresso do Conselho Internacional de Museus - ICOM. Verona, 2007.

_____. **El ecomuseo, más allá de la palabra.** in Revista Museum. Imágenes del ecomuseo. Paris: Unesco, 1985, vol. XXXVII, nº148.

ABCERRADO: O ECOMUSEU

Aurielly Xavier

Pau-Pereira: mestre de capoeira, professor da rede pública de educação, artista popular licenciado pela UnB em Artes Visuais e criador do ABCERRADO ou mesmo ABC do Cerrado que por sua vez trata-se de uma ferramenta pedagógica de letramento e alfabetização.

Visto que a vegetação que cobre a região do Distrito Federal é o Cerrado e que esse Bioma tão rico em fauna e flora está ameaçado por ações predatórias do ser humano; pelo motivo de o Cerrado fazer parte da realidade imediata dos alunos e ainda assim não ser “conhecido” por muitos deles; e muito mais além, pela necessidade de se educar e alfabetizar para a vida, “acontece” o ABCERRADO, um método pedagógico que nasceu da insatisfação de seu criador com os materiais didáticos destinados à alfabetização de crianças, logo que esses materiais pouco ou nada tinham haver com o contexto real de vida dos discentes.



Foto: Robson Eleutério

A partir desse problema o Professor Pau-Pereira com o auxílio de seus alunos começa a criar uma cartilha do Cerrado que substitui a convencional, onde os alunos ao invés de aprenderem, por exemplo, o “A” do avestruz, aprendem o “A” do araticum, uma fruta nativa do Cerrado que além de estar dentro de suas realidades, pode ser vista, tocada, cheirada e comida. Com isso a garantia da internalização da vogal, fonema e palavra.

Levando-se em conta que a escola e a vida social dos alunos estavam inseridas em faixas de Cerrado resistentes em meio à agricultura predatória e utilizando na sala de aula a Capoeira como ferramenta didática, que contempla a linguagem corporal, rítmica e musical, o Professor compôs músicas que falam do Cerrado e da importância da conservação e restauração do meio ambiente. E assim, de maneira muito prática nasceu o ABCERRADO.

De forma natural o Cerrado foi ganhando espaço nas aulas de Pau-Pereira, que com sua sensibilidade de educador percebeu que com o auxílio desse Bioma podia desenvolver aulas mais divertidas, dinâmicas, contextualizadas e que abrangiam todo o currículo educacional.



Foto: Pau Pereira

Transversalmente ao ABCERRADO, esse abecedário de bichos e plantas nativas do Cerrado, acontece a MATOmática que é a matemática do mato e tem como objetivo o ensino dos números, quantidades e operações matemáticas de forma divertida e experimental. Acontece o Bicho-Serrador que por sua vez compreende a confecção artesanal de instrumentos musicais, móveis, brinquedos e esculturas que são construídos com madeira morta recolhida do Cerrado, além da construção do fogão-de-lenha e ranchos caipiras.

Acontece a Capoeira que trabalha como forma de educar o cidadão e transmitir valores, é óbvio que se requer o exercício físico e disciplina, mas é daí que se extrai a base da educação pela Capoeira.

Ainda na Capoeira há o desenvolvimento e preservação de atividades como o samba-de-roda, o maculelê e o ritual tradicional da capoeira angola.

ABCERRADO, Capoeira, MATOmática e Bicho-Serrador: temas transversais que promovem a Educação Patrimonial e desenvolvem juntos o conceito de ecomuseu logo que é instrumento de transformação e um espaço de intervenção na comunidade no território e no seu tempo.

Esta é a parte teórica desse processo, onde os alunos têm contato com produtos e ferramentas antigas: telhas e tijolos de formas, cores e tamanhos variados que eram de olarias da região de Planaltina enquanto esta pertencia ao Estado de Goiás, e as madeiras nativas exploradas pelo sertanejo local com suas variações de resistência e manuseio para as diversas partes da estrutura das casas, exemplo: normalmente colunas de aroeira, vigas de landim, empenas e mãos-francesas de peroba e ipê, caibros (roliços) de pororoca, e ripas de macaúba.

Planaltina-DF, cidade que surge no período colonial onde ainda resistem alguns casarões e arquitetura da época do Brasil colônia, esta cidade centenária onde histórica e geograficamente encerra em si valores que jamais poderão ser ignorados, tais como a Pedra Fundamental de Brasília e a Fazenda Velha que hospedou a Missão Cruls. Essas características e atributos locais acabam interagindo e servindo de lenha para as aulas do ABCERRADO quando é feito o resgate da história, a observação da arquitetura dos antigos casarões (que tem suas construções feitas totalmente a partir do Cerrado, por exemplo: o uso da madeira e do barro) e o diálogo sobre os saberes e fazeres tradicionais.

A Educação Patrimonial e o resgate, transmissão e manutenção dos valores e costumes tradicionais da população cerratense no ABCERRADO acontece também fazendo o paralelo entre as construções atuais e as construções coloniais, materiais usados, bem como ferramentas manuais.

Esta é a parte teórica desse processo, onde os alunos têm contato com produtos e ferramentas antigas: telhas e tijolos de formas, cores e tamanhos variados que eram de olarias da região de Planaltina enquanto esta pertencia ao Estado de Goiás, e as madeiras nativas exploradas pelo sertanejo local com suas variações de resistência e manuseio para as diversas partes da estrutura das casas, exemplo: normalmente colunas de aroeira, vigas de landim, empenas e mãos-francesas de peroba e ipê, caibros (roliços) de pororoca, e ripas de macaúba.

Já no momento prático das aulas do ABCERRADO são realizados com os alunos estudos informais, como: as trilhas para observação e reconhecimento de espécies nativas vegetais e animais, assim como o clima e recursos hídricos da região. É aqui que há a troca de informações professor/aluno, aluno/professor, aluno/aluno, comunidade local e visitantes (professores, estudantes de várias escolas, historiadores e profissionais de diversas áreas); outra atividade prática é o projeto do beneficiamento artesanal do café.



Foto: Livia Amorim

Neste projeto os alunos se encaminham a alguma propriedade na comunidade onde haja a cultura do café, ali eles fazem a colheita e retornam a escola, após isso os estudantes farão todo o processo de tratamento do café: secar, pilar, abanar, torrar e moer. Uma atividade prática que os alunos adoram é a construção do fogão-de-lenha, aqui os alunos preparam o barro com a terra vermelha encontrada em barrancos e com água e usando os próprios pés para amassar o barro e fazer o preparo da massa que unirá os tijolos. No projeto do pião muitos alunos que não conheciam esse brinquedo tradicional têm a possibilidade de participar observando a fabricação de um pião. Junto com o professor os alunos fazem a coleta da madeira que irá ser lapidada e se tornará o brinquedo, além do ajuntamento de histórias e outros piões e são trazidos de casa pelos alunos.

Tanto na trilha, projeto do café, projeto do fogão, projeto do pião e outros, existem as cantigas, registros em forma de poesias, textos, desenhos livres, desenhos a partir de objetos observados, esse é o momento onde se avalia o que o estudante fixou sobre os assuntos trabalhados.

O Ecomuseu ABCERRADO trata-se então do local e ações onde se mobilizam as vontades de agir para preservar a memória e patrimônio tradicionais, que partem da mobilização dos membros da comunidade inserida. O objetivo deste ecomuseu é integrar o homem e a natureza, com o fim de existir a troca de experiências entre ser humano e Cerrado para que a sustentabilidade, a cultura e a educação caminhem sempre juntas.

Iniciativas de valorização do Ecomuseu Pedra Fundamental

- CAMINHOS DA PEDRA

- VIVEIRO DE MUDAS NATIVAS DA ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO MEIO

- DESAFIOS PARA O ECOTURISMO NA REGIAO DA PEDRA FUNDAMENTA

- DESFILE DO CARRO DE BOI PLANALTINAE (ASCAPE)

- PRAZER TURISMO, ME CHAMO PLANALTINA

- ORIENTAÇÃO: ESPORTE NO ECOMUSEU PEDRA FUNDAMENTAL

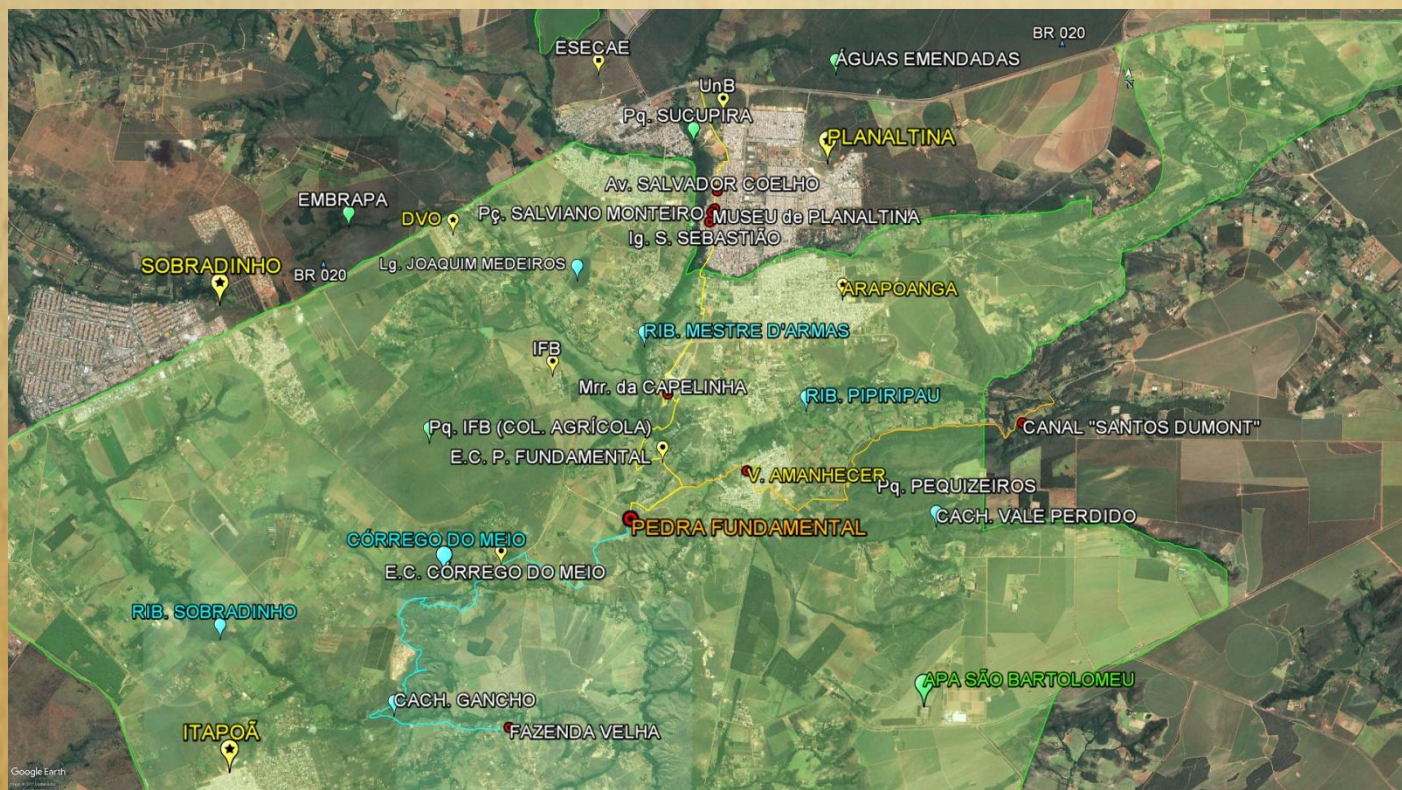
- PEDALA PLANALTINA

CAMINHOS DA PEDRA

João Carlos Machado

“O praticante de caminhada é amante da natureza. Aprecia o desafio das trilhas e do ambiente para chegar aos rios, cachoeiras, montanhas e diferentes paisagens. Busca, sobretudo, qualidade de vida, bem estar físico e mental, superação de limites e felicidade. Qualquer pessoa que goste de caminhar, confraternizar e fazer amigos é sempre bem-vinda!” (Carta do GCB)

Partimos da idéia de que, como vivência, **toda caminhada é uma ação de educação ambiental** que consiste em uma alternativa privilegiada e intensa para desenvolvimento da consciência transformadora dos indivíduos quanto ao impacto das suas relações com o meio ambiente e ao reconhecimento e respeito às diferenças socioculturais. Dessa forma, dialoga com correntes tradicionais e mais recentes da educação ambiental (*Sauvé, Lucie - Uma cartografia das correntes de educação ambiental*). A caminhada envolve conceitos da **corrente conservacionista**, porque defende o ambiente natural como espaço privilegiado para suas atividades; leva as pessoas a uma experiência-vivência de muita observação, como preconiza a **corrente sistêmica**; agrega a promoção da saúde e a valorização dos aspectos culturais, na medida da **corrente humanista**; desperta a conduta consciente, na perspectiva da **corrente moral/ética**; tem no caminhar e no construir trilhas forma de envolver e levar as pessoas a novas reflexões, como propõe a **corrente prática**; e, por fim, como na **corrente biorregionalista**, incorpora o cerrado como objeto de inspiração e identidade sociocultural.



Mapa : João Carlos Machado

Nesse espaço educador privilegiado é possível: o conhecimento sobre bacias hidrográficas, hidrografia e diferentes características que marcam os cursos d'água; a observação da diversidade em termos de fitofisionomias, biota (fauna, flora, fungos, etc), formações do bioma conforme se adaptam às galerias dos rios, aos topos de serras, às áreas de veredas dentre outros; a visão das variações topográficas e tipos de solo; o contato com as comunidades tradicionais para a valorização de sua história, organização socioeconômica e expressões culturais; e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de valores como o respeito e a conservação do ambiente, a harmonia e solidariedade entre os colegas de caminhada, a busca da saúde, bem estar e qualidade de vida. Em busca desse conhecimento integrado e articulado entre ambiente natural, história, tradições e valores culturais, as trilhas são pensadas como espaços lúdicos e pedagógicos, onde seja possível a troca de experiências e a socialização, enquanto se dá o contato direto com o cerrado e suas culturas de forma interdisciplinar, de modo que se possa despertar valores e ideais de preservação e valorização socioambiental do território.



Foto: Robson Eleutério

Ao valorizar a prática de caminhada como atividade educadora, a trilha se torna uma forma de “sala de aula”, sem paredes, sem formato padrão, que mistura “laboratório”, “museu” e contato real e dinâmico num único ambiente. Assim, a construção de trilhas de caminhada se consolida como estratégica para a viabilização da prática da educação ambiental e outras vivências. A experiência tem mostrado que trilhas planejadas e sinalizadas proporcionam o acesso de mais pessoas a essa “sala de aula” diferente, além de contribuir para o uso sustentável de Unidades de conservação (UCs) e áreas preservadas em geral, tornando possível a convivência harmônica entre os objetivos de preservação e de visitação pública.

VIVEIRO DE MUDAS NATIVAS DA ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO MEIO

Lívia Amorim

Introdução

A educação ambiental já faz parte do currículo de muitas escolas de educação infantil e fundamental, mas, na prática, os professores ainda têm dificuldades em lidar com o tema. O viveiro de mudas nativas do Bioma Cerrado da Escola Classe Córrego do Meio e a relação desta com a participação comunitária se tornam um eixo articulador com ricas possibilidades de atividades pedagógicas e sustentáveis para preservação do Bioma Cerrado.

Preocupamos em construir e propor caminhos possíveis para um processo de construção de bases epistemológicas da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Assim o projeto faz parte de nossa proposta de Educação em Tempo Integral.

O projeto almeja que a comunidade escolar entenda sobre a dinâmica do meio ambiente, assim terá condições de decidir sobre as questões ambientais e sociais de sua realidade quando for solicitado, pois só cuidamos, e preservamos aquilo que conhecemos. “A educação, sendo um processo que envolve o homem e a sociedade, muda no tempo e no espaço. E, num tempo tão mutável como o de hoje, a educação encontra desafios e deve apresentar propostas novas e criativas”. (MAIA. 1979 p,10).

Juntamente com a Escola Classe Córrego do Meio participam do projeto a Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, o Ecomuseu Pedra Fundamental e o GCB.

Justificativa

O viveiro de mudas nativas do Bioma Cerrado inserido no ambiente escolar e do Ecomuseu Pedra Fundamental, é um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental unindo teoria e prática de forma contextualizada, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo.

A transdisciplinaridade, a contextualização e a ludicidade podem ser consideradas os pontos fortes do projeto e o que constitui um elemento motivador para alunos e professores, a oportunidade de utilizar as aprendizagens proporcionadas no espaço ecomuseu para complementar a aprendizagem em sala de aula. (AMORIM, 2017, p. 89)

Para Gadotti (2001, p. 89) “O desenvolvimento sustentável tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação”.

De acordo com Freire (1996), nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Somente dessa forma podemos falar realmente de saber ensinado, onde o objeto ensinado é aprendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos.

O projeto já se estendeu até as residências dos alunos que estão produzindo suas próprias mudas, assim as famílias também estão sendo sensibilizadas quanto à necessidade de preservação do Bioma Cerrado. “A cultura está estreitamente vinculada à formação humana, sendo assim o processo educativo não se restringe apenas ao espaço escolar, ele é construído durante a vida social”. AMORIM (2017, p. 45).

Merece destaque a oportunidade de promover a transdisciplinaridade com a matemática, português e ciências. Isso porque, a leitura e a produção de textos são base para o conhecimento e catalogação das especificidades das plantas nativas do cerrado; e para a construção do viveiro e plantio das mudas, foi necessária a medição dos compostos utilizados na formulação dos substratos, bem como a realização de cálculos de área e do dimensionamento dos canteiros e de toda a área útil do viveiro.

Área de Abrangência

O viveiro principal se localiza na Escola Classe Córrego do Meio. Nas residências dos alunos e de moradores do núcleo rural Córrego do Meio também estão implantado viveiros familiares. As primeiras árvores já começaram a ser plantadas nas trilhas e percursos de caminhadas do Ecomuseu Pedra Fundamental que abrange uma parte da bacia hidrográfica do alto São Bartolomeu, tendo início na junção dos ribeirões Mestre d’Armas e Pipiripau, atrás do Vale do Amanhecer (Planaltina/DF), passando pelo Núcleo Rural Capão da Erva (Sobradinho) e, se estendendo até o Encontro das Águas, na confluência do Rio Paranoá com o São Bartolomeu, em Sobradinho dos Melos (Paranoá). Neste local se encontram as principais nascentes da microbacia do Alto São Bartolomeu: Córrego Bica do DER, Córrego do Meio, Ribeirão Sobradinho, Ribeirão Pipiripau e Ribeirão Mestre d’Armas.

Objetivo Geral

-Construir, de modo participativo, um viveiro de mudas arbóreas nativas do Cerrado na Escola Classe Córrego do Meio, visando promover de uma forma prática o aprendizado de ecologia, botânica, e educação ambiental proporcionando o reflorestamento das trilhas e percursos de caminhadas do Ecomuseu Pedra Fundamental.

Objetivos Específicos

- Fomentar a participação de toda comunidade escolar na produção e plantio de mudas de espécies nativas do Cerrado nas trilhas e percursos de caminhadas do Ecomuseu Pedra Fundamental;
- Sensibilizar **de forma responsável** a comunidade escolar, sobre a importância das árvores nativas do Cerrado para a melhoria da qualidade ambiental;
- Sensibilizar as crianças para o respeito e cuidado da fauna e da flora;
- Interligar conteúdos disciplinares de sala de aula com as práticas socioeducativas ambientais do Viveiro de mudas nativas do Cerrado;
- Promover mudanças de atitude e paradigmas para o desenvolvimento sustentável através do conhecimento e valorização da vegetação nativa do Bioma Cerrado;
- Apoiar moradores da região interessados no desenvolvimento de outros viveiros particulares e comunitários;
- Promover a recuperação e conservação dos recursos hídricos da região;

- Proporcionar um ambiente favorável para o fortalecimento da identidade, melhoria da autoestima, desenvolvimento do respeito mútuo, promoção da convivência comunitária;
- Identificar botanicamente (nome popular e nome científico), sinalizar, georreferenciar e colocar placas de identificação nas árvores recém plantadas nas trilhas e percursos de caminhadas do Ecomuseu Pedra Fundamental;
- Desenvolver conhecimento sobre técnicas de coleta de sementes, produção de mudas e plantio de árvores;
- Desenvolver o conhecimento sobre variedades e características da flora e do bioma da região próxima à Escola e à Pedra Fundamental;
- Promover a Educação Ambiental ao longo de todas as ações: capacitação, criação de viveiros, coleta de sementes, produção de mudas, plantio e conservação das árvores;
- Estabelecer mecanismos de modo que a população em torno da Escola Córrego do Meio se “aposse” desse espaço, ajudando na sua preservação e conservação;
- Articular a participação de associações, grupos específicos e amigos do Ecomuseu Pedra Fundamental;
- Valorizar a prática de caminhadas nas Trilhas de Caminhadas do Ecomuseu;
- Planejar em conjunto com o Ecomuseu ações articuladas para o envolvimento da comunidade e a valorização dos fatores culturais e históricos da região da Pedra Fundamental.

Ações e Estratégias

Para a obtenção de recursos para implantação e manutenção do viveiro da Escola Classe Córrego do Meio serão utilizados recursos do Projeto de Educação Integral e realizadas campanhas financeiras para aquisição de mudas e insumos como confecção e venda de camisetas e sacolas. Junto a patrocinadores (empresários) e doações de instituições, buscamos recursos para custear as atividades a serem desenvolvidas no viveiro da Escola Classe Córrego do Meio.

Antes da implantação do viveiro, buscamos apoio especializado de alguns parceiros, para a seleção de espécies de árvores que devem ser plantadas em cada trilha e quanto às recomendações de plantio em função do relevo, orientação geográfica, tipo de solo, dentre outros.

Realizamos reuniões com parceiros e comunidade escolar, para se estabelecer espécies a serem plantadas no viveiro. Houve também atividades práticas de capacitação para os monitores do projeto no viveiro comunitário do Lago Norte, proporcionando assim, um conhecimento prévio de técnicas para produção de mudas, arborização e identificação das árvores nativas do Cerrado a serem utilizadas.

Além da coleta e plantio de sementes são desenvolvidas pelo coordenador e monitor da Educação em Tempo Integral atividades culturais e artísticas vinculadas a Educação Ambiental com uma abordagem interdisciplinar em agroecologia e recursos hídricos, para identificação, marcação e possível georreferenciamento de algumas espécies notáveis, plantadas ou já existentes de árvores nativas do Cerrado, como a confecção de placas informando sobre a fauna e flora do Bioma Cerrado a serem colocados no viveiro, nas proximidades da escola e do Ecomuseu e nas trilhas.

Tais atividades serão uma maneira de despertar nas pessoas o sentimento da importância da “teia da vida”, do inter-relacionamento e importância de todos os seres que ali habitam, podendo também ser incluídos fatos históricos relacionados ao Bioma Cerrado e valorização da fauna existente no Cerrado, principalmente a fauna “invisível”; insetos (formigas, cupins, abelhas, besouros, etc.), borboletas, aranhas, morcegos, roedores, e seu importante papel ecológico.

Para Azevedo (2002), o professor deve construir com os alunos, por meio de investigações e pesquisas, a passagem do saber cotidiano para o saber científico, sendo essa investigação baseada em questionamentos sobre fenômenos ou eventos ocorridos. Assim a capacitação dos alunos para o planejamento e instalação do viveiro será realizada durante as aulas teóricas e práticas da Educação em Tempo Integral.

Deve-se salientar que um dos objetivos do trabalho é promover uma situação de ensino e aprendizagem. Para tanto serão abordados os seguintes temas: a escolha das sementes e mudas, o manejo adequado do solo, a produção de mudas e plantio de espécies nativas do Cerrado. São priorizadas árvores nativas do Cerrado, cujas sementes são colhidas pelos próprios alunos durante as trilhas realizadas no projeto ABCERRADO e também pelos moradores da região. Após a colheita os alunos catalogam e identificam as sementes de acordo com sua morfologia e, posteriormente, de acordo com sua espécie. Independentemente de sua origem; todas são analisadas, utilizando conhecimentos trazidos de casa ou adquiridos nas aulas do ABCERRADO e também imagens e referências localizadas nos livros “Árvores Brasileiras” e Plantas medicinais no Brasil (LORENZO 2002).

Também de maneira participativa os alunos do projeto através das aulas do ABCERRADO, de palestras ministradas por parceiros e trabalhos de campo são capacitados sobre as técnicas de plantio e de quebra de sementes, as quais acontecem de maneira individualizada, respeitando-se as peculiaridades de cada espécie.

O manejo do viveiro acontece em etapas para que os alunos possam trabalhar de maneira integrada. Por demandar um cuidado diário em diversos horários, é necessária a montagem de uma escala de manutenção do viveiro. Os alunos serão divididos em pequenos grupos que alternarão horários e dias para os processos de manutenção do viveiro, tendo feriados e finais de semana também sido incluídos na escala. Para os finais de semana e feriados contamos com o auxílio de pais e vigias da escola.

O Projeto ABCERRADO é idealizado pelo professor Pau Pereira que usa o cerrado como tema das aulas.

Considerações Finais

Segundo Caldart (2011) o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. Sendo assim com a instalação do viveiro de mudas da Escola Classe Córrego do Meio elaboramos, de forma coletiva, um projeto pedagógico transdisciplinar, que proporciona uma aprendizagem significativa que visa o conhecimento sobre a importância do Cerrado como base hídrica do planeta, bem como sua preservação.

Conforme a SEEDF (2012), a ampliação da jornada escolar e implantação de escolas de tempo integral só fazem sentido, se considerarmos uma concepção de educação integral em que a perspectiva de horário expandido represente um aumento de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras, assim a proposta de construção do viveiro de mudas nativas da Escola Classe Córrego do Meio se torna uma solução para a implantação de escola com educação em tempo integral que prioriza a sustentabilidade e preservação do Bioma Cerrado.

De acordo com Macedo (2017, p.63) “a sustentabilidade inicia-se com a educação e a conscientização das pessoas em relação ao uso dos recursos naturais”. O viveiro de mudas da Escola Classe Córrego do Meio se tornará uma alternativa para um manejo sustentável do bioma do cerrado, pois sensibilizará **de forma responsável toda a comunidade escolar para quanto à importância da preservação e recuperação do patrimônio natural do cerrado.**

Referências

AMORIM, Livia dos Reis. **Educação ambiental nos assentamentos de trabalhadores rurais do município De Buritis-MG: qualificação tecnológica para preservação do Bioma Cerrado.** Assunção, PY, 2017. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Americana, 2017.

_____, Ecomuseu Pedra Fundamental: Espaço abcerrado **Revista Com Censo**, Brasília, v. 4, n. 2, maio, 2017.

AZEVEDO, M. C. P. S. Ensino por Investigação: problematizando as atividades em sala de aula. In: CARVALHO, A. M. P. de (Org). **Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática.** São Paulo: Pioneira, 2004, v.1, p. 19-33.

BRASIL. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Manual de duvidas de Educação Integral**, Brasília: Subsecretaria de Educação Básica, CEINT, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável.** CLACSO, Buenos Aires, 2001. Disponível em:<http://www.saber.ulva.ve/ve/mundouniversitario/archlivospdfs/num10julio2004/moiacir_gadotti_pedagogia_terra.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

LORENZI, Harri. **Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil Vol 1 e 2.** Instituto Plantarum, Nova Odessa – SP 2002.

MAIA, Nelly Aleotti. **Introdução à educação moderna.** Editora Rio, 1979.

MACEDO, Flávio Xavier. **A Importância da Cooperativa Agropecuária Unai LTDA-CAPUL- no desenvolvimento do cooperativismo no município de Unai-MG.** Assunção, PY, 2017. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Americana, 2017.

Na trilha da Missão Cruls: uma releitura dos caminhamentos da expedição exploradora do Planalto Central

Liciane Carvalho

O Projeto tem como objeto de pesquisa a realização de uma série de expedições para fazer uma releitura dos principais caminhamentos percorridos pela Comissão Exploradora do Planalto Central, entre 1892 a 1894. Outra ação do Projeto será o registro de depoimentos de personagens que tiveram uma trajetória relevante na construção da história na região delimitada pelo Quadrilátero Cruls. Os membros dessa expedição irão visitar áreas nos quatro vértices (Noroeste, Nordeste, Sudoeste e Sudeste) do quadrilátero Cruls, no decorrer dos anos de 2017 e 2018, registrando informações relevantes sobre a história, fauna, flora, relevo e hidrografia dessas localidades.

Alguns trechos originais e preservados dessas rotas serão trilhados por membros do Coletivo Cerratense, Grupo de Caminhada Brasília e Jeep Clube de Brasília, sendo que o Jeep Clube realizou em 1992, por ocasião do centenário da Missão Cruls, atividades de reconhecimento extremamente importantes de valorização histórica, com visitação e colocação de marcos nos vértices do Quadrilátero. A equipe de pesquisadores do Projeto foi constituída por personagens atuantes e reconhecidos em diversas áreas de conhecimento, no Distrito Federal e RIDE.

Em maio de 1892, o Deputado Nogueira Paranaguá autorizou a exploração e a demarcação do local onde surgiria a nova Capital Federal e o Presidente Floriano Peixoto constituiu a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” composta por 22 integrantes, dentre eles, astrônomos, engenheiros, geólogos, botânicos e naturalistas, além de servidores para atuar nos serviços gerais da Comissão. A segurança foi garantida por um contingente militar formado por um comandante e dois alferes.

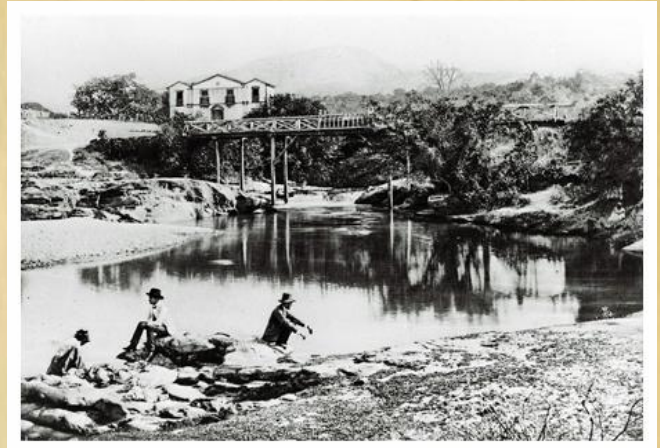


Foto: Henrique Morize

A Comissão Exploradora chefiada por Luiz Cruls, engenheiro e astrônomo de origem belga, então Diretor do Observatório Imperial do Rio de Janeiro, foi contratada para estudar e mapear a área da futura capital. A jornada da Missão Cruls começou no dia 9 de junho de 1892, quando a equipe partiu do Rio de Janeiro até Uberaba pela Estrada de Ferro Mogiana e permaneceu no local por vinte dias a fim de organizar os preparativos para adentrar o Planalto Central do Brasil. Estabeleceram-se em três cidades da região: Formosa, Luziânia e Pirenópolis. A Missão Cruls, como ficou conhecida, além de identificar fauna, flora e o povo da região, estudou minuciosamente os sistemas geográficos e hidrográficos da região do Planalto Central.

Denominada de Comissão de Estudos da Nova Capital da União, a segunda Missão Cruls foi criada no último ano do governo de Floriano Peixoto em 1894. Tinha por incumbência instalar um sistema de ligação telegráfica e uma estação meteorológica, definir o local da construção da nova capital dentro do quadrilátero, além de aprofundar os estudos sobre o clima, topografia e abastecimento de água.

Nesta segunda visita, o botânico Glaziou destacou as condições favoráveis à criação do lago Paranoá — onde, na sua opinião, teria havido um lago natural em priscas eras.

“Enfim, de jornada em jornada, estudando tudo: qualidade do solo, vantagem de águas, clima, caráter do conjunto da paisagem, etc., cheguei a um vastíssimo vale banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires, Riacho Fundo, Bananal e outros; impressionou-me muitíssimo a calma severa e majestosa desse vale. A tôdas essas riquezas oferecidas ao homem laborioso, nesse centro do planalto, juntam-se mais os recursos e a vantagem que lhe proporcionarão ainda abundantes águas piscosas. Entre os dois grandes chapadões conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas da estação chuvosa; outrora era um lago devido à junção de diferentes cursos de água formando o rio Parnauá; o excedente desse lago, atravessando uma depressão do chapadão, acabou, com o carrear dos saibros e mesmo das pedras grossas, por abrir nesse ponto uma brecha funda, de paredes quase verticais pela qual se precipitam hoje todas as águas dessas alturas.”



Foto: Henrique Morize

A partir dessa observação, Glaziou contempla a possibilidade da criação de um lago artificial na Bacia do Rio Paranoá:

É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte (dique ou tapagem provida de chapeletas e cujo comprimento não excede de 500 a 600 metros, nem a elevação de 20 a 25 metros) forçosamente a água tomará ao seu lugar primitivo e formará um lago navegável em todos os sentidos, num comprimento de 20 a 25 quilômetros sobre uma largura de 16 a 18. Além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital despertariam certamente a admiração de todas as nações.

Os trabalhos da segunda missão Cruls prosseguiram até o final de 1895, quando foram interrompidos por falta de verba, e de interesse do governo Prudente de Moraes. Apenas os militares integrantes da Comissão de Estudos puderam se manter no local, precariamente, reduzidos ao soldo fixo, para a guarda do equipamento — caríssimo — até que se votasse uma verba emergencial, suficiente apenas para levá-lo de volta ao Rio de Janeiro.

No Relatório da Missão concluído em 1894, Cruls foi enfático ao reconhecer a região das nascentes como o local ideal para a construção da capital: “Convêm notar que os autores que têm se ocupado com este projeto são unânimes em considerar a zona onde tem os mananciais dos rios Araguaia, Tocantins, São Francisco, Paraná, isto é, sobre o Planalto Central, cerca de 15º de latitude austral, como sendo a mais vantajosa, sob todos os pontos de vista”.

Considerando as pesquisas relevantes dos membros da Missão Cruls, o Projeto Na Trilha da Missão Cruls, apresentará uma nova interpretação dos registros e informações coletadas ao longo das expedições.

Referências bibliográficas

CRULS, Luís. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central, p. 222, 223. idem, p. 331.

DESAFIOS PARA O ECOTURISMO NA REGIÃO DA PEDRA FUNDAMENTAL

Maita Andrade

A propriedade rural é uma célula que faz parte de um tecido regional pertencente a um bioma, que por sua vez, compõe o sistema planetário. Se a célula vai mal, o corpo da Terra toda pode ser afetado.

Para que se tenha saúde, boa hidratação, respiração e nutrição alguns aspectos devem ser observados na propriedade rural, sejam eles a conservação dos seus cursos d'água, a reciclagem de nutrientes, a capacidade de atender a subsistência daqueles que nela trabalham. Nem sempre isso acontece. Por isso o agricultor deve ser orientado, assim como o médico orienta seus pacientes, a fazer curvas de nível para que a água da chuva infiltre na terra e não que arraste as partículas do solo para o leito dos rios e das nascentes matando os olhos d'água. As boas práticas do manejo do solo é requisito obrigatório para a respiração do planeta.



Foto: Maita Andrade

Desde quando o Ecomuseu da Pedra Fundamental encontrou a Associação dos Produtores Rurais da Pedra Fundamental, a expectativa de expansão do turismo rural sustentado para a região foi renovada e acordou um sonho antigo. O fato das propriedades rurais serem naturalmente a moldura do monumento da Pedra Fundamental, obelisco que data de 1922, os produtores rurais, sentem-se responsáveis pela preservação do mesmo. Além de zelar por suas propriedades agrícolas, devem estar atentos e compreender sobre a importância histórica e geográfica onde estão inseridos. Afinal de contas, estamos na Área de Proteção Ambiental da bacia do rio São Bartolomeu e no Centro Geodésico do País. E esse trabalho de conscientização tem sido feito com primazia pelas escolas da região com apoio da Regional de Ensino.

A Associação dos Produtores Rurais da Pedra Fundamental, APREF, fundada em 1986, com a finalidade de dar suporte a produção agrícola dos associados, hoje tem novos desafios, como a titularização da terra, a segurança rural, a conservação das estradas e a melhoria da qualidade de vida para os moradores. Anualmente tem reunido as mulheres rurais para um Encontro de confraternização e formação em assuntos de seu interesse.

A aptidão para a criação animal é grande; a maioria dos produtores mantém um rebanho leiteiro. Do incremento da produção resultou na organização de um laticínio que funcionou de 2000 a 2010 aproximadamente, atualmente desativado. Há produtores de hortaliça orgânica e agrofloresta; e hoje, boa parte dos moradores estão investindo no reflorestamento. Há também criação de cavalos de raça em haras bem implantados. Algumas propriedades aproveitam suas áreas de lazer para alugar para festas e reuniões particulares.

Muitas ações precisam ser incrementadas para que o ecoturismo funcione de forma efetiva na região. Sinalização, transporte público, segurança, gestão de resíduos sólidos; identificação e aproveitamento dos frutos do cerrado. A cagaita, por exemplo, uma fruta nobre, rica em niacina, vitaminas do complexo B e vitamina C ainda não despertou a sua coleta. É raro quem saiba preparar seu suco e a valorize. O produtores da região podem contribuir muito para o inventário e o acesso aos elementos constitutivos do Ecomuseu, sejam eles a vegetação e suas espécies individualizadas matas, estradas e a cultura rural de forma geral. Para isso a metodologia de um diagnóstico rural participativo poderia ajudar a elucidar onde estamos e quem somos.

É certo que o lazer quase sempre está associado à água; seja de piscina, de cachoeira, de praia, de rio, quente salgada ou doce. Nesse caso, os produtores rurais no circuito do Ecomuseu, tem pela frente um grande desafio para garantir sua sustentabilidade e incrementar sua renda com ecoturismo; vão precisar aprender a “plantar água”. Viva a palmeira do buriti. Onde tem buriti, tem água.

Dessa forma a implantação do Ecomuseu da Pedra Fundamental é uma trilha de mão dupla entre seus idealizadores e os moradores da região. Que floresça e frutifique para as próximas gerações.



Foto: Maita Andrade



Foto: Maita Andrade

DESFILE DO CARRO DE BOI – PLANALTINAE/DF (ASCAPE)

Nilvan Vasconcellos

O carro de boi é considerado um dos meios de transporte mais importantes da humanidade. Em diversos fatos da nossa história lá está ele, como coadjuvante, mas se fazendo presente e se tornando inesquecível. Planaltina é uma cidade que se envaidece e vive da sua história. Aqui o carro de boi é o protagonista de fatos importantes no desenvolvimento econômico e social da nossa região.



Foto: Robson Eleutério

Essa tamanha ligação com o carro de boi não se reduz apenas a uma necessidade de manter viva uma tradição, mas, de reviver e experimentar a força e a coragem dos homens que outrora desafiaram a natureza em defesa de sua subsistência. Longos períodos de viagens para o transporte basicamente de alimentos. Na tentativa de remontar parte desta história, resgate do perfil histórico e ideológico a população se deu conta de que a cidade apresenta outras facetas culturais com relevância equivalente às demais manifestações religiosas e/ou culturais. Dentro dessa perspectiva, já foram realizados nove edições do “Desfile de Carro de Boi”, e a cada evento despertando maior interesse de colaboração de diversos setores da sociedade.



Foto: Nilvan Vasconcellos

Em sua ascendência em respeito às suas particularidades, a partir do ano de 2013 verificou-se a necessidade de desvincular o desfile da Exposição Agropecuária – EXPOPLAN. Uma pelo saudosismo de uma época ora vivida, outra, pelo encantamento das histórias ouvidas. A partir desses sentimentos aumenta o desejo de se criar um organismo representativo, livre de vínculos políticos e partidários. Em 2013, um pequeno grupo movido por esses sentimentos começa a dar vazão às ideias de criação da ASCAPE. De início, apenas uma sigla, sonhos e desejos de realização. Com o tempo o que era apenas uma ideia toma corpo e recebe a colaboração de diversas pessoas cuja paixão é o canto do carro de boi.

Com base em documentos e relatos foi instituída a Rota do Carro de Boi, delimitação de pontos de passagem dos carreiros com intuito de resgatar a antiga rota de carreiros de Planaltina. Foram acrescentados alguns locais para que vários setores da cidade pudessem ser contemplados com o desfile e movidos por uma atitude de acolhimento, conseguimos criar o Canto do Carreiro no Parque de Eventos da cidade.

Assim, a ASCAPE se consolida a partir de um sonho, como uma entidade representativa dos interesses ambientais, sociais, humanos, folclóricos e culturais dos carreiros, candieiros e todos os amantes da cultura do carro de boi.

PRAZER TURISMO, ME CHAMO PLANALTINA

Aron Henrique

Planaltina possui uma das maiores quantidades de potenciais turísticos do DF. Entre eles temos as festas tradicionais, como a encenação da Via Sacra no Morro da Capelinha, a folia do Divino Espírito Santo, a Festa do Carro de Boi e a Festa do Pimentão e pontos de interesse turístico como nosso Centro Histórico onde está o Museu e a centenária Igreja de São Sebastião e a Pedra Fundamental de Brasília.



Igrejinha São Sebastião e Pedra Fundamental, foram tombadas em 1984 como Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal.

Estas ferramentas ainda se encontram em um estado de pré-utilização pelo setor do turismo, onde ainda são necessários investimentos em infraestrutura, marketing e promoção, além de uma melhor estruturação e integração destes locais/eventos por meio da criação de um roteiro turístico em Planaltina.

Existem iniciativas de marketing de turismo que buscaram a criação de identidades visuais modernas e que pudessem ser utilizadas em produtos e serviços de um destino em particular no intuito de facilitar a promoção e aumentar a sensação de proximidade com o turista.

Por exemplo, nacionalmente o Ministério do Turismo e a Embratur se utilizam do Plano Aquarela para divulgar o Brasil em outros países.

No Distrito Federal a FECOMERCIO, em parceria com outras instituições ligadas ao turismo, lançou um edital que buscava escolher uma marca que representasse Brasília e que fosse utilizada nos produtos e serviços turísticos da cidade. Atualmente (novembro de 2017) as três finalistas estão sendo votadas.

Sabe-se que em Brasília os cidadãos não têm o costume de visitar e usufruir dos equipamentos de lazer, gastronomia e hospedagem dentro do DF. No intuito de aumentar a proximidade entre Planaltina e o Distrito Federal lançamos o projeto que busca escolher uma marca para Planaltina. Propõe-se que sejam feitos convites a empresários da cidade e instituições que para que integrem este projeto em sua concepção e execução.



Marca Skyline vencedora do concurso Marca Brasília promovido pela Fecomércio.
O projeto escolhido pelo voto popular foi divulgado durante a entrega
do Prêmio Colunistas Brasília, no dia 31/11/2017.

Se buscará que todos setores da sociedade Planaltinense estejam representados e que o resultado seja definido pela população em um sistema de votação online e por cédulas em pontos estrategicamente distribuídos pela cidade.

Com a marca escolhida, ela passaria a ser de domínio público e representaria todos os produtos, eventos e serviços desenvolvidos em Planaltina, direta ou indiretamente ligados ao turismo podendo ser utilizada em selos de qualidade, estampas, etiquetas, impressões, banners, outdoors, camisetas, chaveiros, e quaisquer mídias que sirvam para a promoção da cidade.

Desta maneira, caro leitor, buscamos que nossa cidade tenha o reconhecimento e valorização adequada que a cidade mãe de Brasília sempre mereceu.

PEDALA PLANALTINA

Eduardo C. Guimarães

O grupo de Ciclismo Pedala Planaltina foi formado a partir desejo de amigos ciclistas da cidade, que queriam se organizar e ter uma identidade própria.

O nosso nome convida a galera a tirar a magrela da garagem e ir pedalar. Criamos uma linda logo, que identifica de onde somos e o que fazemos. Essa logo carrega o símbolo de nossa cidade, Planaltina DF, e da história de nossa maravilhosa Brasília, a Pedra Fundamental.



Ah! Nós não nos contentamos só em pedalar. Nossa filosofia sempre foi “ser mais que um grupo de pedal”. Dentro desta nossa filosofia, entre outras coisas, realizamos vários trabalhos sociais como arrecadação e entrega de bicicletas, roupas, brinquedos, livros e alimentos a comunidades carentes, por onde passamos em nossas pedaladas. Alias, amamos ajudar o próximo. Convenhamos, é uma obrigação de todos.

Também participamos de diversas atividades esportivas, entre elas, corridas e caminhadas, incentivando nossa comunidade à prática de esportes ao ar livre. Participamos da construção e sinalização de trilhas de mountain bike e caminhadas, em parcerias com outros grupos e ONGs.

Sabendo do papel que temos com relação à natureza, nosso grupo trabalha também para a formação de uma conscientização ambiental através de orientações que visem o respeito, a preservação e a recuperação do cerrado, como também dos nossos recursos naturais.

ORIENTAÇÃO: ESPORTE NO ECOMUSEU PEDRA FUNDAMENTAL

Suely Santos

Orientação é um esporte que requer habilidade em navegar em um terreno utilizando mapa e bússola. Tem como objetivo percorrer uma determinada distância passando por pontos demarcados no mapa com o auxílio de uma bússola.

Os percursos são definidos de acordo com categorias que consideram a idade do atleta, de 10 a 80 anos e seu grau de experiência, representado por quatro níveis de dificuldade.



A Orientação teve início no final do século 19 na Suécia, o termo atual "orientação" foi usado pela primeira vez em 1886, significando o cruzamento de terrenos desconhecidos com a ajuda de um mapa e uma bússola. Na Suécia, a orientação passou de um treinamento militar de navegação terrestre para um esporte competitivo para oficiais militares e, em seguida, para civis. A primeira competição de orientação aberta ao público foi realizada na Noruega em 1897.

Este esporte foi trazido para o Brasil na década de 70. Inicialmente no treinamento militar e hoje é praticado por milhares de pessoas em nosso país. Atualmente temos campeonatos regionais, nacionais e internacionais organizados todos os anos.

Os campeonatos brasileiros contemplam as modalidades: pedestre e de precisão. A modalidade pedestre pode ser realizada no campo, em parques ou em áreas urbanas. Na modalidade Orientação de Precisão participam atletas com necessidades especiais e também os atletas que aceitam o desafio de identificar os pontos indicados no mapa com exatidão.



A prática Orientação pode ajudar jovens e adultos a se conduzirem na vida: é um jogo estratégico onde, com um mapa a ser interpretado e a escolha de um itinerário, cada atleta escolhe a melhor rota para chegar ao seu destino o mais rápido possível.

Este esporte observa e divulga normas para proteção do meio ambiente. Os atletas partem em intervalos de tempo definidos preliminarmente e cada um deve seguir a direção que está definida no seu percurso.

Ao ajudar professores a implementar a Orientação na Escola Classe Córrego do Meio de uma forma divertida e educativa, buscamos contribuir para a qualidade de vida das pessoas da região do Ecomuseu Pedra Fundamental incentivando a prática de esporte ao ar livre.

A interação com a natureza praticando Orientação possibilita atividade física e mental intensas, além da troca de experiências com outros atletas num clima de amizade e competitividade saudável, onde toda a família é convidada a participar. Depois dos eventos, os alunos podem levar os mapas para casa e compartilhar com seus amigos e familiares.

TEM QUE TER OLHAR DE ARTISTA: COMPARTILHANDO, EMENDANDO ÁGUAS - AS ÁGUAS EMENDADAS, NO DISTRITO FEDERAL

Ivany Câmara Neiva¹



Foto: Emerson Guimarães

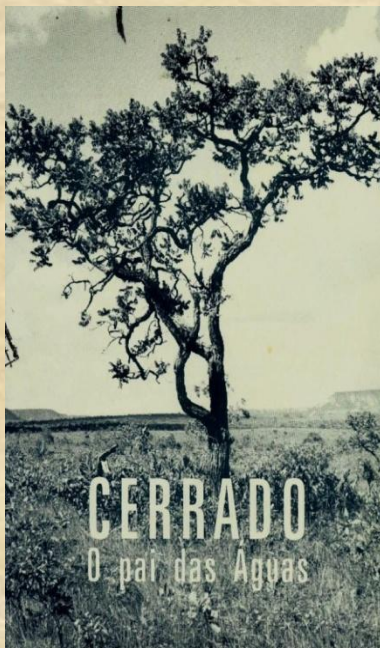
Parece-nos oportuno lembrar expressões utilizadas sobre ÁGUAS, durante o Seminário Águas pela Paz, preparatório para o Fórum Mundial da Água, que acontece em Brasília, em março de 2018(2): sobre o compartilhamento de águas, falou-se em “confluência de vontades”; foi consensual a ideia de que “nas águas se encontra a origem da vida”; foram lembrados: a água não é *recurso* - é uma criatura, e assim não deve ser objeto de mercantilização, “a urgência de atenção especial à relação humana com a água, como matriz da vida planetária, necessidade e direito inalienável de todos os seres vivos”, a “defesa incondicional do acesso à água limpa e segura, e ao saneamento básico, como direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os demais direitos humanos [...]”. Estavam presentes pesquisadores, especialistas, artistas, líderes, não-líderes, pessoas “comuns”, todos afirmando a importância da água e todos interessados na sua continuação e vida. Ao final foi discutida e definida a Carta “Águas pela Paz”(3), a ser encaminhada ao 8º Fórum Mundial da Água e ao Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA, para “introduzir a perspectiva da transdisciplinaridade, da ética, do cuidado e da cultura de paz nos debates.”(4) Devem ser lembrados, por exemplo, e estão disponíveis na *web* pelo canal do *youtube* Águas pela Paz, os depoimentos de Vera Catalão e Sérgio Ribeiro, membros do CIRAT (Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade, organizadores do Seminário), bem como de Anivaldo Miranda (presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco), de Luiz Claudio Oliveira (Instituto Espinhaço), de Moema Libera Viezzer (escritora e militante feminista), de Bené Fonteles (Movimento Artistas pela Natureza), de Oscar Rivas (da sobrevivencia.org), de Maria Alice Campos Freire (Conselho das Avós).

O ecossociólogo Eugênio Giovanardi nos lembra que vivemos, no Distrito Federal do Brasil, uma “[...] relescesce de água, consequência do crescimento descontrolado da população do DF, dos múltiplos tipos de uso [e de captação] de água na cidade e no campo e, não menos importante, do mal-uso geral da água.[...] [não olhamos para] os mananciais formados por pequeninos olhos d’água [...] [E] a vegetação nativa ao redor das nascentes que formam os rios e que, menos e menos, alimentam os reservatórios?”(5)

A propósito, observamos que a vegetação em torno das nascentes dos rios das Águas Emendadas é preservada... Ali não se pode pisar sem cuidado e autorização, e sim com “a maior circunspeção”, como dizia Glaziou, há mais de 120 anos.(6)

A respeito das nossas vertentes, “Cerrado: berço das Águas” é uma expressão cunhada pelo artista Rômulo Andrade, em sua produção visual e poética, desde início dos anos 80 do século XX, para se referir e evocar a importância das águas do Distrito Federal. Na região não existem rios caudalosos, mas desde a visita da Comissão Cruls, fica evidente que é daqui que correm e se espalham águas para todo o país ...

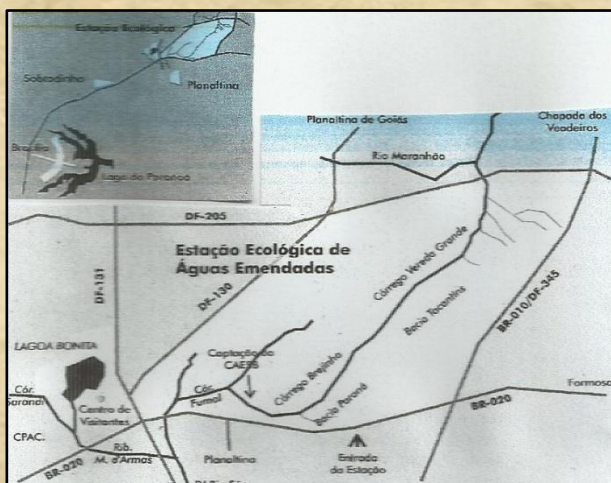
Em 1997, o documentário “Cerrado – o Pai das Águas” também lembrava essas condições especiais da região.



Convite para o documentário
“Cerrado –o Pai das Águas”,
de Dêniston Diamantino. Brasília, 1997.

A região das Águas Emendadas está localizada no Distrito Federal, na Região Administrativa de Planaltina; ocupa uma área de cerca de 10.500 há (3). Lá ocorre um fenômeno hídrico de dispersão de águas: para o Norte, o Córrego Vereda Grande corre para o Rio Maranhão, afluente do Rio Tocantins – Bacia Amazônica; para o Sul, o Córrego Brejinho desagua nos Rios São Bartolomeu, Corumbá e Paranaíba, que formam o Rio Paraná – Bacia do Prata. Perto dali, correm águas para a Bacia do São Francisco. As águas se “emendam”.

Adotamos, aqui, as informações que constam do livro Águas Emendadas, organizado por Fernando Oliveira Fonseca em 2008.



GDF

Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do DF

Apoio: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

Localização da Estação Ecológica de Águas Emendadas

Arte: Rômulo Andrade e Renato Palet



Convite para o documentário "Cerrado—o Pai das Águas", de Dêniston Diamantino. Brasília, 1997.

No século XX

Em 1947 e 1948, vieram ao Planalto Central o agrônomo Antônio de Arruda Câmara e sua esposa Guiomar de Arruda Câmara. Eram meus Avós, viviam no Rio de Janeiro, e deles e de outras pessoas da família ouvia argumentos mudancistas e histórias da região do futuro Distrito Federal. Quando vieram ao Planalto Central na Comissão Polli Coelho (Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil), ao mesmo tempo em que minha Avó escrevia cartas para minha Mãe, que estava em Belém, meu Avô anotava o que via em seu Diário de Campo. Muitas cartas se perderam, nesses então difíceis caminhos entre os locais visitados, e Goiânia, Rio, Belém. Sobre as Águas Emendadas, sobrou um trecho de carta de 1947, escrita em Planaltina. Minha Avó se lembrava das palavras de Varnhagen(8).

[...] Mas se, abandonando a ideia de achar já feita e acabada cidade que tanto nos convém, nos resolvermos a fundar uma para ser a capital do Brasil, segundo as condições que se requerem a toda a capital de país civilizado hoje em dia, a verdadeira paragem para ela é a mesma natureza quem aponta, e de modo mui terminante... É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná – dois dos grandes rios que abraçam o Império; isto é, o Amazonas e o Prata, com as do São Francisco [...]. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é aí que julgamos deve fixar-se a sede do governo. [...] Os seus limites devem ser oferecidos pelos mesmos três rios que fazem a posição para o assento da cidade [...](9)

[...]deveríamos desde já dar algumas providências, a fim de a ir preparando[a região] para a missão que a Providência parece ter-lhe reservado, fazendo a um tempo dela partir águas para os três maiores rios do Brasil e da América do Sul – Amazonas, Prata e São Francisco, e constituindo-a, por assim dizer, o núcleo que reúne entre si as três grandes concas ou bacias fluviais do Império. Refiro-me à bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas [...](10)

Sobre a Vila Formosa da Imperatriz, atual Formosa, suas proximidades e sobre águas que se “emendavam”, Cruls escrevia, baseando-se em Varnhagen, que escrevera, em julho de 1877: [...] perto de quatro léguas a noroeste desta vila [Formosa], na paragem onde, a um tiro de fuzil umas das outras, se veem as cabeceiras dos ribeirões Santa Rita, vertente ao rio de São Francisco pelo Preto; Bandeirinhas, vertente ao Amazonas pelo Paranã e Tocantins; e Sítio-Novo, vertente ao Prata, pelo São Bartolomeu e grande Paraná. (11)

Em setembro de 1947, escrevia Guiomar de Arruda Câmara, de Planaltina:

Ontem viajamos o dia inteiro. Saímos de Goiânia pelas 9 e pouco, passamos por Anápolis para almoçar e viemos para Planaltina, por uma estrada boazinha, através de cerrados, capoeiras, carrascais. De vez em quando um regatinho atravessa a estrada. No caminho, passamos por aquela região onde se encontram riozinhos das três bacias brasileiras. Foi emocionante passar por ali,..

Varnhagen dizia que as nascentes estavam próximas, “a um tiro de espingarda”..

Por aqui passaram muitos "periprinós" em grandes grupos, que vêm a pé, do interior da Baía, em busca de melhores climas, melhores terras, e, principalmente, de trabalho. Andam léguas e léguas, a pé. De vez em quando os caminhões do Departamento de Estradas de Rodagem ajudam, levando-os de um lugar para outro.

Trechos de carta de Guiomar de Arruda Câmara, participante da Comissão Polli Coelho, a sua filha Joanna de Arruda Câmara Neiva. 26.09.1947, Planaltina.

Além de escrever cartas e fazer mapas, Guiomar também respondeu a questões em entrevistas, quando já morava em Brasília, como nesta ao Correio Brasiliense, em 21.04.1981:

Mais bonito nessa viagem foi quando Antônio e eu encontramos as 'Águas Emendadas'. Varnhagen (e Cruls o citava) tinha falado que as nascentes das três bacias estavam distantes umas das outras 'a um tiro de espingarda'. Antônio perseguia desde o Rio de Janeiro a vontade de encontrar essas nascentes. Ele se bateu, até pouco antes de sua morte, pela criação de um 'Parque Nacional das Águas Emendadas'. Lembro-me de seus artigos em jornais e revistas, nos quais defendia essa ideia. [...] Quando foi criada a Novacap, por Juscelino Kubitschek, ele apresentou a sugestão do Parque Nacional, ao qual chamava de 'Santuário das Águas Emendadas'.

Minha Avó se referia então às anotações de meu Avô em seu Diário de Campo de 1948 e à sugestão que ele fizera, mais tarde, quando começaram os procedimentos de mudança da capital para o sertão de Goiás: (12)

QUADRILÁTERO CRULS
(CORUMBÁ DE GOIÁS - FORMOSA - LUZIÂNIA - PIRENÓPOLIS - PLANALTINA)
BACIA DO TOCANTINS: - Maranhão - Paraná - BACIA DO SÃO FRANCISCO: -
Urucuaia - Preto - BACIA DO PARANÁ: - São Marcos - Corumbá

É região bem irrigada.

As suas águas se distribuem, - indicando a influência que lhe está reservada no futuro do país -, pelas bacias do Tocantins, do São Francisco e do Paraná. Ligam o Planalto Central do Brasil, pelos rios Paraná e Maranhão, principais formadores do Tocantins (6) à Amazonia; pelos rios Urucuaia e Preto, este afluente do Paracatu, a costa leste do Brasil, através do São Francisco; e, finalmente, pelos rios São Marcos e Corumbá, afluentes do Paranaíba, um dos principais formadores do Paraná, ao Prata.

Trecho do Diário de Campo de Antônio de Arruda Câmara, participante da Comissão Polli Coelho. Rio de Janeiro, 1948.

Trazendo mensagens semelhantes às de meu Avô, os movimentos ambientalistas contemporâneos não são tão recentes como nos fazem crer algumas histórias. Existem movimentos de tempos em que não se falava em “movimentos” nem em “ecologia”...

Nos anos noventa do século passado, em 1996, o Movimento Artistas pela Natureza organizou o Evento Multimídia sobre o Rio São Francisco e a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Nessa oportunidade, o ribeirinho Adriano Martins trouxe água da foz do São Francisco para as nascentes do rio na Estação Ecológica de Águas Emendadas, e o artista Bené Fonteles lhe entregou águas da Estação para que as levasse para a foz do São Francisco.



Movimento Artistas pela Natureza.
Águas Emendadas, 1996.
Bené Fonteles e Adriano Martins.

No século XXI

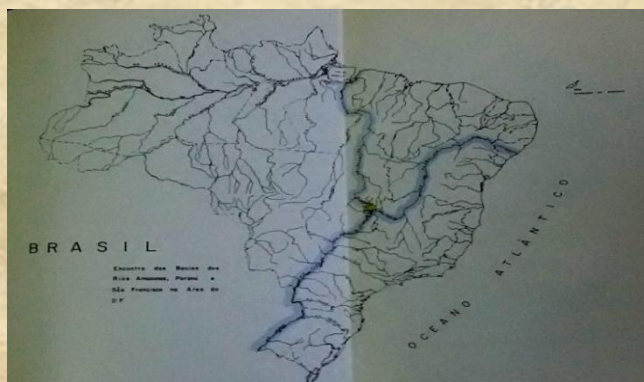
“O presente atualiza o passado”, dizia Walter Benjamin(13): nosso Presente está no Futuro daquelas visitas a Águas Emendadas. Cá estamos, assim, próximos de quem a visitou, e continuamos interessados na água (e na eventual falta dela). A rede de pesquisa, de ação, de comunicações, de narrativas, continua. Como diz Paulo Manhães(14), “é importante falar hoje em Águas Emendadas, pois muita gente nem sabe que o cerrado, que essa região central do Brasil, tem nascentes que ‘se emendam’ e dão origem às bacias brasileiras. É simbólico, a capital estar aqui”.

Um exemplo de preocupação com a disponibilidade de água é o artigo de Vera Catalão, publicado no jornal Correio Braziliense em 2003. Vera Catalão alertava os leitores para a questão em “A crise da água e a turvação do espírito”, que traz como epígrafe: “Assim como um espelho d’água reflete o céu, a consciência humana reflete a ação criadora do homem no mundo. Turva a limpidez das águas, turva o reflexo”.(15)

Estive várias vezes às Águas Emendadas: em 2008, em 2010, em 2012, em 2015 (dessa vez, com a turma do curso de Guia de Turismo, do SENAC). Cada vez, uma nova descoberta. Com e sem fotos.

A propósito de volta, em 2015 e em 2017 foi procurado por nós, novamente, o jornalista Paulo Manhães. Já havia sido contatado em 2010, por ocasião da produção do livro “Brasília em 51 Cartas”, em que pretendíamos que constasse uma foto feita por ele em 1959, da Vila Amaury, em Brasília. De novo em 2017 essa foto da Vila entrou também como capa em um livro – desta vez, inicialmente, um *e-book* (“Uma cidade encantada. Memórias da Vila Amaury, em Brasília”). A volta em 2015 se devia a ele ter trabalhado na Secretaria de Agricultura e Produção, e ter participado, em 1987, da produção de um livreto sobre o Combinado Agro Urbano de Brasília (iniciado em 1986 e então objeto de pesquisa nossa; a coordenação da pesquisa era da socióloga Sônia Amorim, que havia trabalhado naquele projeto, na Secretaria).

E agora novamente, em 2017, além da autorização de uso da imagem da Vila Amaury no *e-book*, procuramos o jornalista por ele estar atento às questões de racionamento de água e se dispor a conversar sobre Águas Emendadas, que ele conheceu há quase sessenta anos. E por ter participado do livreto “Reserva Biológica de Águas Emendadas”, publicado anteriormente pela mesma Secretaria de Agricultura em Produção, em 1977.



GDF.

Secretaria de Agricultura e Produção.
Fundação Zoobotânica do DF, 1977.

Reserva Biológica de “Águas Emendadas”.

Encontro das Bacias dos Rios Amazonas, Paraná e São Francisco na área do DF

Em abril de 2017, Paulo Manhães contou, por telefone, suas visitas às Águas Emendadas:

Estive na Reserva de Águas Emendadas em 1958. Nem era chamada ainda de Reserva. Fui lá várias vezes, acompanhando o Fernando Borges, agrônomo da Fundação Zoobotânica de Brasília, que coordenava o Serviço de Recursos Naturais, onde eu trabalhava(16).

Já era junho de 2017 quando voltamos a conversar pessoalmente com Paulo Manhães. Ele confirmava que havia chegado a Brasília, do Rio de Janeiro, em 1958, onde trabalhava na Revista O Cruzeiro, e depois de quatro dias de cobertura jornalística, veio para ficar. No ano seguinte foi trabalhar na Secretaria de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal, na Fundação Zoobotânica. Nesse mesmo ano conheceu Águas Emendadas, que viria a visitar várias vezes depois. Lembra-se que a área era bem maior que atualmente, e que lá havia muitos bichos e muitas plantas. Lembra-se da pesquisadora Mitzi Brandão Ferreira, que desenvolvia pesquisas para a Universidade de Brasília.

Manhães tem lembrança de que a região “tinha um proprietário”, mas não se lembra do seu nome.”Já nem deve existir, faz muito tempo...”

A escassez atual de água

Neste momento, vivemos escassez de água não só no Distrito Federal, mas em todo o país. Aliás, a questão é mundial. A água está em todo o planeta, e a questão da falta d'água atinge a população de forma ampla. Os ambientalistas, os pesquisadores de temas sociais, os artistas sensíveis e observadores, vêm nos alertando sobre isso há bastante tempo – não aconteceu de uma hora para outra. Há vários trabalhos sobre o assunto. Pensando em termos de divulgação na mídia, vale lembrar a reportagem publicada dia 02.04.2017, no Correio Braziliense(17): “O exemplo que vem de fora”: “A escassez de água pode até ser novidade para os moradores do Distrito Federal, mas, mundo afora, esse é um problema que atinge milhões de pessoas [...]”. Na reportagem são citados casos da Califórnia, nos Estados Unidos; de Israel; da China; do Japão, da Austrália.

Volto a essas memórias entrelaçadas, tecidas pela história das Águas Emendadas.

No caso brasileiro, as memórias referentes a “soluções” para uma futura escassez de água que afetasse a nossa capital e sua região (as de conhecimento mais geral, incluídas em matérias escolares e na mídia) se ligam às histórias de duas Comissões criadas para pesquisar o Planalto Central e indicar a localização do novo Distrito Federal e da capital brasileira, Brasília. Separadas por mais de cinquenta anos, ambas reconheceram e reforçaram antigas indicações que apontavam como um motivo para a instalação da capital na região central do Brasil o fato de aqui se localizar o “berço das águas”.

Paradoxos então se entrelaçavam: a terra seca do Cerrado abrigava as fontes das águas brasileiras; a divisão e a união se completavam no Espigão Mestre, que divide águas, e nas Águas Emendadas, que aproxima nascentes.

“Perto de muita água, tudo é feliz”(18), dizia Guimarães Rosa. Contava também que “o melhor de tudo é a água”(19). O simbolismo dessas Águas Emendadas no centro do país e a promessa de viabilidade de água próxima foram motivos presentes nas decisões daquelas duas Comissões, para o traçado do Distrito Federal e para a localização da nova capital.

Agora, temos Brasil, capital Brasília. E para efetivarmos o símbolo da presença da água para todo o país, é preciso preservá-la, gerir sua existência e distribuição com atenção e cuidado.

Brasil, capital Brasília

Em abril de 2018 se comemoram 58 anos da inauguração de Brasília. Mas as discussões registradas sobre a localização da capital no Planalto Central datam de quase três séculos. É um ano de comemorações, 2018: fazem 52 anos que o professor da Universidade de Brasília, botânico Ezequias Heringer, sugeriu a criação do Parque das Águas Emendadas; 50 anos da criação da Reserva Ecológica de Águas Emendadas; 30 anos do seu atual *status* de Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Nas discussões e propostas de interiorização da capital, um argumento a favor da mudança era a presença, no centro do Brasil, das nascentes das três principais bacias hidrográficas do país.

Essa área central, *epicentro das nascentes*, já constava do “Mapa da Capitania de Goyaz e regiões circunvizinhas que mostra as comunicações entre as bacias do Prata e Amazonas”, assinado pelo cartógrafo italiano Francesco Tosi Colombina na Vila Boa de Goiás, em abril de 1751(20).

Embora algumas das histórias da construção de Brasília sejam bem divulgadas, julgamos importante repetí-las aqui. Lembro que essas histórias eram contadas para mim quando eu era criança, no Rio de Janeiro, pelos Avós e Tios mudancistas.

As ideias mudancistas ampliaram seu alcance quando divulgadas pela imprensa, em matérias do jornalista Hipólito José da Costa, fundador do jornal *Correio Braziliense*. Em artigo de 1808, a proximidade da *cabeceira dos grandes rios* é apresentada como fator favorável ao estabelecimento da nova capital “em um país de interior central”(21).

Assim como Varnhagen, outros viajantes que estiveram no Planalto Central reuniram preocupações e sugestões sobre a transferência da capital, e constataram sua condição de “berço das águas” (embora não utilizassem essa denominação).

Em 1889, cai o Império e é proclamada a República no Brasil. Na primeira Constituição republicana, de 1891, fica estabelecida a mudança da capital, em seu artigo 3º: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal”. No sentido de operacionalizar essa demarcação, o Presidente Floriano Peixoto designou duas missões de exploração e de estudos do Planalto Central, ambas chefiadas pelo astrônomo Luiz Cruls, respectivamente em 1892 e 1894.

A primeira – Comissão Exploradora do Planalto Central – percorreu cerca de 14 mil quilômetros e demarcou, em forma de quadrilátero, os 14.400 km² definidos pela Constituição para o futuro Distrito Federal. O polígono ficou conhecido como Quadrilátero Cruls, dentro do qual a segunda Comissão – Comissão de Estudos da Nova Capital da União –, deveria indicar a localização da capital.

Os resultados dos levantamentos feitos pelas Comissões foram consolidados em dois relatórios, publicados respectivamente em 1894 (conhecido como Relatório Cruls, referente aos estudos da Comissão Exploradora do Planalto Central)²², e em 1896, apresentado como Relatório Parcial da Comissão de Estudos da Nova Capital da União, que tivera seus trabalhos interrompidos.

A leitura do Relatório Cruls nos informa, passo a passo, a importância dada pelos cientistas da Comissão à questão das águas, e a atenção dispensada ao local de “encontro” das nascentes. Cruls registra, quando define “Instruções para a 2ª turma” da Comissão, que o Planalto Central,

embora ocupe realmente uma extensão bastante considerável, tem a sua região central localizada na zona onde se encontram as cabeceiras dos principais rios do sistema hidrográfico brasileiro: o Araguaia, o Tocantins {da Bacia Amazônica}, o São Francisco e o Paraná.(23)

Foi esta a área onde foram feitas as demarcações da nova capital.

Em setembro de 1892, é registrada a passagem de pesquisadores pela região percorrida por Varnhagen e onde,

distando uma da outra um ou dois quilômetros apenas, encontram-se as cabeceiras de três grandes rios: a de Santa Rita, que forma o São Francisco; a de Bandeirinha, desaguando no Tocantins, e, enfim, a de Vendinha, origem do Paraná(24).

Além de cumprir a finalidade definida para a Comissão, de delimitar a área do futuro Distrito Federal, Cruls conclui seu Relatório de 1894 relacionando vantagens e inconvenientes da transferência da capital.

Entre os pontos favoráveis (em maioria), cita as possibilidades de abastecimento de água potável, já que “o sistema hidrográfico da zona demarcada é, com efeito, de uma riqueza tal que, qualquer que seja o lugar escolhido para edificação da futura Capital, encontrar-se-á, sem grandes dificuldades, água suficiente para abastecê-la à razão de 1000 litros diários por habitante”.(25)

Cruls finaliza vislumbrando possibilidades de que “a futura Capital não tardará a tornar-se um centro industrial e comercial, cuja vitalidade será um fato importante e poderoso para a futura prosperidade deste rico país”. (26)

Passaram-se mais de meio século, mais de dez Presidentes da República e duas Constituições para que o tema da mudança da capital voltasse a ser tratado oficialmente, em termos de providências efetivas.

A Constituição Federal de 1946 definia, no artigo 4º de suas Disposições Transitórias, que “a capital da União será transferida para o planalto central do país”. Acrescentava, no seu primeiro parágrafo, que “promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital.

No mesmo ano, é criada a Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil - conhecida como Comissão Polli Coelho, por ser presidida pelo General Djalma Polli Coelho, então Diretor do Serviço Geográfico do Exército(27). Os estudos preliminares são concluídos em 1947, e se iniciam os trabalhos de campo no Planalto Central e Triângulo Mineiro.

Em agosto de 1948, a Comissão aprova seu Relatório Geral e Polli Coelho o encaminha ao Presidente Eurico Dutra. Confirma-se a indicação do Quadrilátero Cruls, mas ampliado na direção Norte, totalizando uma área de aproximadamente 77 mil km² e assumindo “o porte de um verdadeiro Território”(28), na “trijunção” das grandes bacias brasileiras:

Mantivemos a tradição da solução do problema, aproveitando integralmente a área proposta em 1892 pela Comissão Cruls. Mas não tivemos a ideia pura e simples de respeitar uma tradição. Ampliamos consideravelmente essa área para o Norte, sobre a bacia amazônica, aproveitando uma série de trechos fluviais para lhe dar limites já demarcados pela natureza, o que vem simplificar o problema da passagem das terras à jurisdição do governo federal. A extensão para o Norte, do Distrito Federal, visa colocá-lo em grande parte sobre a bacia do Tocantins, que é o rio cujo vale está destinado a ligar a área da nova Capital à desembocadura do Amazonas. O vale do Rio Paraná, por outro lado, está destinado a aproximar a mesma área das encostas ocidentais do vale do São Francisco, cuja valorização constitui uma necessidade primordial.(29)

Assim como no Relatório Cruls, no Relatório Polli Coelho é destacado o papel estratégico das Águas Emendadas:

Não há, em todo o território nacional, região que se possa comparar a essa. Nessa região, nascem as nossas três principais bacias hidrográficas, de tal modo que ela constitui, tanto orográfica como hidrograficamente, um acidente verdadeiramente singular em nosso território.(30)

Essa é ‘a mais linda das mesopotâmias’, no dizer de um constituinte de 1891. [...] As atenções se voltam imediatamente para esse planalto goiano, que possui um significado geopolítico sem igual entre todas as regiões do país. Pode ser incluído tanto na bacia amazônica, como na bacia são-franciscana, como na bacia platina.(3)

Em contraste com o Relatório Cruls, que vem sendo objeto de diversas edições, os resultados da Comissão Polli Coelho são pouco divulgados. As publicações existentes são aquelas originais, de pequena tiragem, produzidas no âmbito da própria Comissão.(32)

Assim, ganham especial interesse as narrativas pessoais de quem participou dos trabalhos e as histórias registradas ao longo das viagens, como acontece no Diário de Campo do agrônomo Antônio de Arruda Câmara e nas cartas escritas por Guiomar de Arruda Câmara a sua filha Joanna.

Arruda Câmara era Diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, e dirigia a Escola de Horticultura Wenceslao Bello, no Rio de Janeiro, onde era também professor. Seu método de trabalho, na condução das Investigações Agronômicas, incluía técnicas de sua profissão e, de forma pioneira, o registro de histórias contadas pelas pessoas da região estudada: “Marchar, ver e interrogar, de modo a fazer juízo seguro, coligindo dados para a precisa interpretação... Com entusiasmo, sem dificuldades e sem fadiga... Boa vontade e compreensivo interesse encontramos sempre, e em toda parte.”(33)

Guiomar sempre comentava essa boa vontade e receptividade das pessoas que os encontravam nos diversos lugares por onde passavam, o que compensava as dificuldades operacionais das estadias e dos deslocamentos. A propósito, ela se remete aos viajantes antigos e às explorações mais recentes:

Planaltina, 26/9/47

[...] Chegamos aqui já noite. Um dia inteiro de automóvel cansa bastante. É verdade que a gente vai se lembrando dos outros, os da Comissão Cruls, que andaram isso tudo a cavalo, e vai suportando...

[...] Em todo lugar, conversamos sempre com os moradores da região. Quem conversa mais é Antônio, que vai reunindo essas informações para o Relatório. Hoje, quando perguntou os nomes dos rios e das lagoas, alguns que moram por perto falaram nas ‘águas emendadas’.

Sobre as águas no Quadrilátero Cruls, e em especial sobre as Águas Emendadas, Antônio registra em seu Diário de Campo, no mesmo dia, informações que depois aprofunda no Relatório Técnico de Investigações Agronômicas: “[...]As suas águas se distribuem - indicando a influência que lhe está reservada no futuro do país - pelas bacias do Tocantins, do São Francisco e do Paraná [...]”(34)

Quando, ao final dos trabalhos, o Presidente da Comissão justifica seu voto, destaca a excelência dos *ensinamentos* apresentados pelo agrônomo, e relaciona as conclusões às quais chegou. A propósito das águas da região, Antônio registra que “as terras de Cruls, embora de nascentes, são bem irrigadas. Ligam suas águas, que se distribuem pelas bacias Tocantins-São Francisco-Paraná, o Planalto Central do Brasil à Amazônia, ao Litoral e ao Prata.”(35)

Embora lento, ia caminhando o processo de decisão política sobre a transferência da capital. Algumas definições estavam consolidadas, como a localização do Distrito Federal no Planalto Central, na região em que as três bacias hidrográficas “se emendavam”. Ainda se discutia a extensão desse Distrito Federal, e restava definir a localização da nova cidade.

Do encaminhamento do Relatório Final da Comissão Polli Coelho ao Congresso Nacional até a retomada de estudos, agora para definir o *sítio* e a *área* da nova capital, passam-se cinco anos. Os parâmetros definidos após as discussões parlamentares passam a ser de 52 mil km² para a área total do *quadrilátero* a ser estudado, aproximadamente 1000 km² para a cidade, e de 5 mil km² para o Distrito Federal(36). Como vemos, foi longo o caminho para chegarmos aos atuais 5.789,16 km² do DF e 472,12 km² de Brasília(37).

Voltando a essa trajetória, sabemos que, em agosto de 1953, o Presidente Getúlio Vargas cria a Comissão de Localização da Nova Capital Federal. A Comissão trabalhou durante dois anos, sob a direção do General Aguinaldo Caiado de Castro e do Marechal José Pessoa, este já nomeado pelo Presidente Café Filho. No âmbito desses trabalhos, foram realizados os estudos consolidados no Relatório Belcher(38), a partir dos quais foi escolhido, em 1955, o *sítio* onde deveria ser construída Brasília.

Ernesto Silva, um dos diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital e participante da Comissão do Marechal Pessoa, conta que, na primeira viagem feita pelo grupo ao Planalto Central, foi visitada a área das Águas Emendadas. Era fevereiro de 1955:

Ainda em Formosa, fomos, em companhia do prefeito, a um determinado ponto, de onde todas as águas caídas se distribuem indistintamente para os três grandes sistemas fluviais do Brasil – o Amazonas, o São Francisco e o Paraná-Paraguai(39).

No ano seguinte, começavam as obras de construção da capital.

Guiomar, única mulher na Comissão Poli Coelho

Anos mais tarde, Guiomar de Arruda Câmara mudou-se do Rio para Brasília e chegou a conhecer pessoalmente o professor Ezequias Heringer, com quem conversou sobre as viagens dela e de Antônio, lembrou o cultivo de orquídeas e as Águas Emendadas. Guiomar não chegou a conhecer as Águas Emendadas pelo nome atual de Estação Ecológica de Águas Emendadas, adotado em 1988. Durante os oito anos que viveu em Brasília, Guiomar reviu locais onde havia estado e reconheceu a trajetória da Comissão Poli Coelho. Em 1983, visitou de novo Águas Emendadas, lembrando os velhos caminhos dos anos quarenta:

Antônio e eu andamos por toda essa região, estivemos aqui... Foi aquela emoção de ver de fato as três bacias começando, a uma distância tão pequena uma da outra. Águas para todo o Brasil... Foi muito sublime, muito bonito mesmo...(40)

Olhar de artista

O olhar de artista está presente há tempos nas Águas Emendadas: pintura, desenho, poesia, literatura, movimentos artísticos, alertas, visões. A Arte é transformadora, revela ângulos não visíveis, sensibilidades não pressentidas; reúne pessoas, conscientiza sem forçar atitudes. Como exemplo de cientista e explorador que juntava aos seus conhecimentos um olhar de artista, citamos não só Guiomar e Antônio, mas muito especialmente o botânico Auguste Glaziou, que esperava cuidado com a natureza

[...] Esta planície imensa, de superfície tão suavemente sinuosa, é riquíssima de cursos d'água límpida e deliciosa, que manam de qualquer depressão do terreno. Essas fontes, como os grandes rios que regam a região, são protegidas por admiráveis capões **aos quais nunca deveria golpear a machada do homem, senão com a maior circumspecção** (Glaziou, da Segunda Comissão Cruls, em 1894) 41

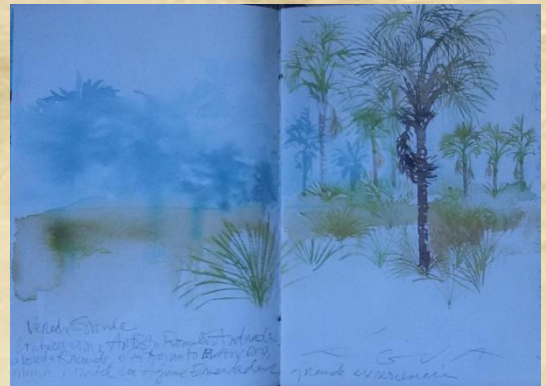
e que reconhecia vestígios de um lago que antes existira e que mais tarde foi artificialmente construído – o Lago Paranoá:

[...] Entre os dois chapadões conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Paranoá, existe imensa planície em parte sujeita a ser coberta pelas águas na estação chuvosa; **outrora era um lago** devido à junção de diferentes cursos d'água formando o rio Parnauá; o excedente desse lago, atravessando uma depressão no chapadão, acabou, com o carrear dos saibros e mesmo das pedras grossas, por abrir nesse ponto uma brecha funda, de paredes quase verticais pela qual se precipitam hoje todas as águas dessas alturas. É fácil compreender que, fechando essa brecha com uma obra de arte (dique ou tapagem provida de chapeletas e cujo comprimento não excede de 500 a 660 metros, nem a elevação de 20 a 25 metros) forçosamente a água tomará seu lugar primitivo e **formará um lago** navegável em todos os sentidos, num comprimento de 20 a 25 quilômetros sobre uma largura de 16 a 18. [...](42)

Pela Arte, brasileira ou sul americana, ou ameríndia, ou de qualquer lugar, é possível compartilhar conhecimentos e sensibilidades, e a certeza de que outro mundo é possível.

Há casos recentes desse olhar artístico que observou as Águas Emendadas: Rubens Matuck, Rômulo Andrade, Evandro Angerami, Maria, Evando Lopes. Matuck conta ter encontrado Waltércio Caldas, em uma de suas visitas. Rômulo Andrade lembra que se encontrou uma equipe que filmava e gravava o som dos rios, para o projeto de Cildo Meireles.

São muitos, os olhares que veem e viram as Águas Emendadas.



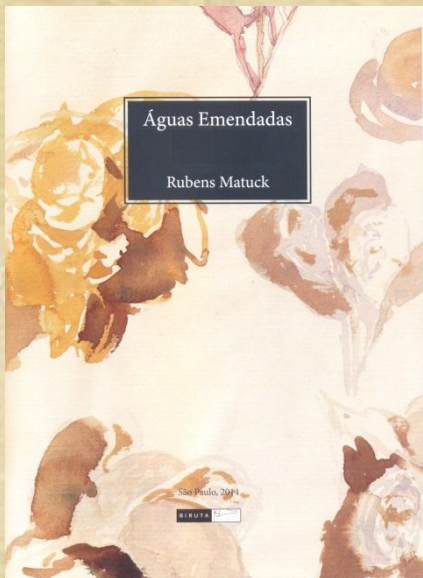
Rubens Matuck desenhando e “aquarelando” seus Cadernos de Viagem.

Estação Ecológica de Águas Emendadas/ESECAE, 2010.

Rubens Matuck desenhando e “aquarelando” seus Cadernos de Viagem. Estação Ecológica de Águas Emendadas/ESECAE, 2010.

Vereda Grande, nas Águas Emendadas, no livro de Rubens Matuck “Buritis”, 2013.

As anotações a lápis mencionam o artista Rômulo Andrade e, da ESECAE, o fotógrafo Evando. Muna e Izabel.



Em 2014, Rubens Matuck publicou o livro “Águas Emendadas”.



Evandro Angerami, “aquarelando”. ESECAE, 2010



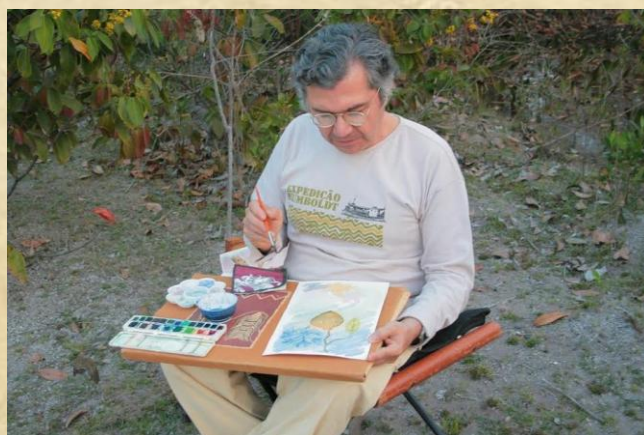
Caderno de Viagem. Rubem Matuck. ESECAE, 2010.



Rômulo Andrade, pintando no Centro de Visitantes da ESECAE. 2010.



Maria, pintando nas faixas de propaganda que encontra. ESECAE, 2010.



Rômulo Andrade pintando. ESECAE, 2010.

Exemplo atual

A existência da ESECAE e o conhecimento da população brasileira sobre essa existência e sobre suas histórias, seu imaginário, suas imagens, são oportunos neste momento de escassez de água e de realização de seminários e fóruns de repercussão nacional e mundial.

Lembramos que o professor de física Marcelo Gleiser nos dizia, em julho de 2006: “Sem água, a vida é impossível. Cuidar dela e da sua distribuição é preservar nosso futuro.” (43)

Os exploradores do Planalto Central que encontraram as Águas Emendadas, ou tiveram conhecimento de sua existência, imaginavam que a região seria preservada e que haveria água para todos, compartilhada. Que fique para nós esse símbolo e esse exemplo das Águas Emendadas.

GLEISER, Marcelo. Água, essa preciosidade. **Folha de São Paulo**, Ciência. São Paulo, 02.jul.2006.

Referências bibliográficas

ARRUDA CÂMARA, A. de. Investigações Agronômicas. Regiões do Estado de Goiás. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948.

_____. O Santuário das Águas Emendadas. À Classe Rural – temas e sugestões (239). A Lavoura. Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro. mar./abr. 1960.

BENJAMIN, W. O Narrador. In: Magia e Técnica, arte e política– ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, vol. I. [1936] São Paulo: Brasiliense, 1996.

Cartas de Guiomar de Arruda Câmara para Joanna de Arruda Câmara. 1947, 1948. Acervo de Ivany Câmara Neiva.

CASTRO, Mário. A Realidade Pioneira. Brasília: Thesaurus, 1986.

CATALÃO, Vera M. Lessa. A crise da água e a turvação do espírito. Correio Braziliense. Brasília, 10 mar. 2003.

CIRAT (Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade). Carta Águas pela Paz. In <http://criat.org/>. Acesso em 31.01.2018.

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. Relatório Técnico. 1ª parte – volume I. Contendo a justificação da Resolução Final tomada pela Comissão, quanto à localização do novo Distrito Federal. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948.

_____. Relatório Técnico. 1ª parte – volume II. Contendo as justificativas e declarações de votos dos membros da Comissão. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948.

_____. Relatório Técnico. 1ª parte – volume III. Contendo a transcrição das atas das Reuniões Plenárias realizadas pela Comissão. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948.

CRULS, Luiz. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1947.

_____. Relatório da Comissão de Estudos da Nova Capital. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1947.

FONSECA, F.O. (org.) Águas Emendadas. GDF. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA), 2008.

FONTANA, R. Francesco Tosi Colombina – explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc. XVIII. Brasília: Charbel, 2004.

- GDF. Novo Portal Oficial do Governo do Distrito Federal. Disponível em <http://www.districtofederal.df.gov.br/>. Acesso em 10.05.2008.
- GDF. Secretaria de Agricultura e Produção. Experiência do Combinado Agroubano de Brasília: o processo de seleção e assentamento rural. Brasília, 1987.
- _____. Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. Reserva Biológica de “Águas Emendadas”. Brasília, 1977.
- GDF. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Sistema Distrital de Informações Ambientais. Mapa Hidrográfico do Distrito Federal – 2016. Brasília, 2016.
- GDF. Secretaria de Governo. Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan. Atlas do Distrito Federal. Vol. I, II, III. Brasília, 1984.
- GDF. Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. Instituto de Ecologia e Meio Ambiente. Plano de Ação Emergencial – Estação Ecológica das Águas Emendadas. 1996.
- GIOVENARDI, Eugênio. Descoberto, Corumbá, Paranoá e Cia. In O Observador(eugeobservador.blogspot.com.br), 18.01.2018. Acesso em 19.01.2018.
- GLEISER, M. Água, essa preciosidade. Folha de São Paulo, Ciência. São Paulo, 02.jul.2006.
- GRIGORI, P. O exemplo que vem de fora. Correio Braziliense. Brasília, 02.04.2017. p.19.
- LOWI, M. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MENEZES JÚNIOR, A. et al. A Missão Cruls. In: Fonseca, Fernando, org. Olhares sobre o Lago Paranoá. Brasília: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/GDF, 2001.
- MOURÃO, R. de F.. Luiz Cruls – o homem que marcou o lugar. Brasília: Gráfica e Editora Qualidade, 2003.
- ROSA, J. G. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.
- SILVA, E. História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985. 2.ed..
- VARNHAGEN, F. A., Visconde de Porto Seguro. A questão da capital – marítima ou no interior? Edição fac-similar. Brasília: Thesaurus, 1978. 3.ed. (1ª ed., 1877; 2.ed., 1935).

Imagens visuais

- Capa do livro Águas Emendadas, de Fernando Fonseca, 2008.
- Cartão/convite para o documentário “Cerrado – o pai das águas”, de Dêniston F. Diamantino. Brasília: Opará Vídeo Produções, Secretaria de Cultura e Esporte, 1997.
- Trecho de carta de Guiomar de Arruda Câmara para sua filha Joanna de Arruda Câmara. 1947.
- Trecho de Investigações Agronômicas. Antônio de Arruda Câmara, 1948.
- Trecho do artigo Santuário das Águas Emendadas. Antônio de Arruda Câmara, 1960. Mapa de Guiomar de Arruda Câmara.
- Bené Fonteles. Adriano Martins. Movimento Artistas pela Natureza. Águas Emendadas, 1996. Fotógrafa Ivany Neiva.
- Mapa do “Encontro das Bacias dos Rios Amazonas, Paraná e São Francisco na área do DF”. Livreto “Reserva Biológica de Águas Emendadas. GDF. Secretaria de Agricultura e Produção. Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, 1977.

Fotos e reproduções de Rubem Matuck, Evandro Angerami, Rômulo Andrade, Maria. Águas Emendadas, 2010 e 2017. Fotógrafos Ivany Neiva e Evandro Lopes.

Notas

01 Ivany Câmara Neiva é pesquisadora e professora no Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília.ivanicomunica@gmail.com. Este artigo pretende reverenciar, mais uma vez, a Vó Guiomar de Arruda Câmara e o Vô Antônio de Arruda Câmara. Também reverencia o professor Ezequias Heringer, o jornalista Paulo Manhães, o cientista Auguste Glaziou, o pesquisador Paulo Bertran e todos os artistas que *viram* as Águas Emendadas.

02 Namesma época acontece, também em Brasília, o FAMA 2018 – Fórum Alternativo Mundial da Água.

03 A “Carta das Águas pela Paz” está transcrita em <http://criat.org/destaques/carta-agua-pela-paz>. Acesso em 31.01.2018.

04 “Carta das Águas pela Paz” e definições do Seminário Internacional Águas pela Paz. Vera Catalão e Sérgio Ribeiro, do CIRAT (Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade) foram os organizadores do Seminário.

05 GIOVENARDI, E. Descoberto, Corumbá, Paranoá e Cia. In O Observador (eugeobservador.blogspot.com.br). 18.01.2018. Acesso em 19.01.2018.

06 Ver notas 40 e 41.

07 Adotamos, aqui, as informações que constam do livro Águas Emendadas, organizado por Fernando Oliveira Fonseca em 2008.

08 VARNHAGEN, F.A., Visconde de Porto Seguro. A questão da capital: marítima ou no interior? Brasília: Thesaurus, 1978 (edição fac-similar; original de 1877).

09 Idem, pp.12-13.

10 Idem, p.28.

11 Idem, p.29. CRULS, p.16.

12 Como referido antes, foi sugerida a criação do Santuário das Águas Emendadas. “Santuários” era como eram chamados, então, os parques nacionais, as reservas e futuras estações ecológicas.

13 Ver “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, escrito por Walter Benjamin em 1936. *passim*.

14 Paulo Manhães é jornalista e esteve várias vezes em Águas Emendadas, nos últimos sessenta anos.

15 Esse comentário foi feito durante conversa ao vivo, em junho de 2017.

16 CATALÃO, V. M.L. A crise da água e a turvação do espírito. Correio Braziliense. Brasília, 10.mar.2003.

17 Conversa com Paulo Manhães – 27 04. 2017, 11h, por telefone.

18 GRIGORI, P. O exemplo que vem de fora. Correio Braziliense. Brasília, 02.04.2017. p.19.

ROSA, J. Guimarães. Grande Sertão, Veredas. 2001. p.45. (para este artigo, escolhemos a edição de 2001.)

19 Idem, p.68.

20 FONTANA, Riccardo. Francesco Tosi Colombina – explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do séc.XVIII. Brasília: Charbel, 2004.

21 COSTA, H. J. da. Artigo, de 1808. In: CRUSL, L. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 12.

As notas aqui registradas referem-se à edição de 1947, da Companhia Editora Nacional.

22 CRULS, L. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1947.

dem, p. 60.

23 Idem, p. 36.

24 Idem, p. 46.

25 Idem, p. 55.

26 Idem, p. 60

27 Djalma Polli Coelho é homenageado pelo Exército Brasileiro como Patrono do Serviço de Topografia. Foi Diretor do Serviço Geográfico do Exército de 1946 a 1951, quando passou a ser Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE.

(<http://www.Bromec.eb.mil.br/html/ptpoli.html>)

28 Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil. Relatório Técnico. 1ª parte, vol. I. Justificativa da Resolução Final, escrita pela Presidência da Comissão. 1948. p.17.

29 Idem, p 4.

30 Idem, p 23.

31 Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil. Relatório Técnico. 1ª parte, vol. II. Justificação de voto do Presidente da Comissão. 1948. pp. 6,7.

32 No Prefácio do volume III da 1ª parte do Relatório Técnico (1948), o General Polli Coelho esclarece a composição dos documentos: Primeira Parte (3 volumes) – diz respeito ao trabalho propriamente da Comissão; Segunda e Terceira Partes (que deveriam ser publicadas a seguir) – conteriam pontos de vista individuais, de membros da Comissão ou de outras pessoas ligadas ao assunto. Em Brasília, encontramos os três volumes na Biblioteca do Arquivo Público do Distrito Federal.

33 ARRUDA CÂMARA, Antônio de. Investigações Agronômicas. Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil. 1948. p.2.

34 Idem, p.18.

35 Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil. Relatório Técnico. 1ª parte, vol. II. Justificação de voto do Presidente da Comissão. 1948. p.22.

36 Lei n.º 1803, de 5 de janeiro de 1953. Comentada por Ernesto Silva em História de Brasília, pp. 74, 76, 79. Transcrita e comentada no Atlas do Distrito Federal, III, GDF, 1984, pp. 49 e 101.

37 Dados acessíveis no Portal Oficial do Governo do Distrito

Federal. <http://www.codeplan.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD CHAVE=1387>. Acesso em 10.01.2018.

38 A Comissão contratou os trabalhos da firma brasileira Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria e, em 1954, da firma americana Donald J. Belcher and Associates Incorporated, para realizar os estudos de fotoanálise e fotointerpretação. O Relatório Belcher foi concluído em 1955.

39 SILVA, Ernesto. História de Brasília, 1985. p.80.

40 Programa “Os Pioneiros”. 1º episódio. Direção de Tânia Quaresma. TV Nacional / Radiobrás, 1983.

41 GLAZIOU, A. Carta a Luiz Cruls, de 1824. In: CRULS, L., op. cit., p. 8.

43 CAVALCANTI, F. R.. Relatório de Glaziou. In: _____. 2ª Missão Cruls (1894-1895). Relatório de Glaziou. Disponível em <http://doc.brasília.jor.br/HistDocs/Relatorios/1896-missao-Cruls-Glaziou-lago-Paranoa.shtml>. Acesso em 12.01.2018.

43 GLEISER, Marcelo. Água

EQUIPE

Alcides Euflausino de Paula - Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Pedra Fundamental

Alice Bites - Coletivo Cerratense

Aron Henrique Neves - Bacharel em Turismo

Carmem Liciane - Coletivo Cerratense

Eduardo C. Guimarães - Grupo Pedala Planaltina

Flávia Rodrigues de Oliveira - Grupo Pedala Planaltina

Geraldo Ramiere - Movimento Cultural

Irineu Tamaio - Prof. Universidade de Brasília (Campus Planaltina)

João Carlos Machado - Coordenador do Grupo de Caminhadas Brasília

Joselito Correa - Coletivo Cerratense

Queti Diettrich - Coordenadora da Regional de Ensino Planaltina/DF

Lívia Amorim - Diretora da Escola Classe Córrego do Meio (SEDF)

Lucelena Silva - Diretora da Escola Classe Pedra Fundamental (SEDF)

Luis Felipe Vitelli - Conselho de Cultura do DF

Maíta Andrade - Associação dos Produtores Rurais da Pedra Fundamental

Maria das Graças Araújo: Grupo de Caminhada Brasília

Mário Castro - Conselho do Patrimônio Cultural de Planaltina

Muna Amahad Yousef - Estação Ecológica Águas Emendadas

Mestre Pau Pereira - Idealizador do Projeto Abcerrado

Nilvan Vasconcellos - Conselho do Patrimônio Cultural de Planaltina

Regina Fernandes - Prof^a. Universidade de Brasília (Campus Planaltina)

Robson Eleutério - Coordenador do Instituto Cerratense

Xiko Mendes - Vice Presidente da Academia Planaltinense de Letras